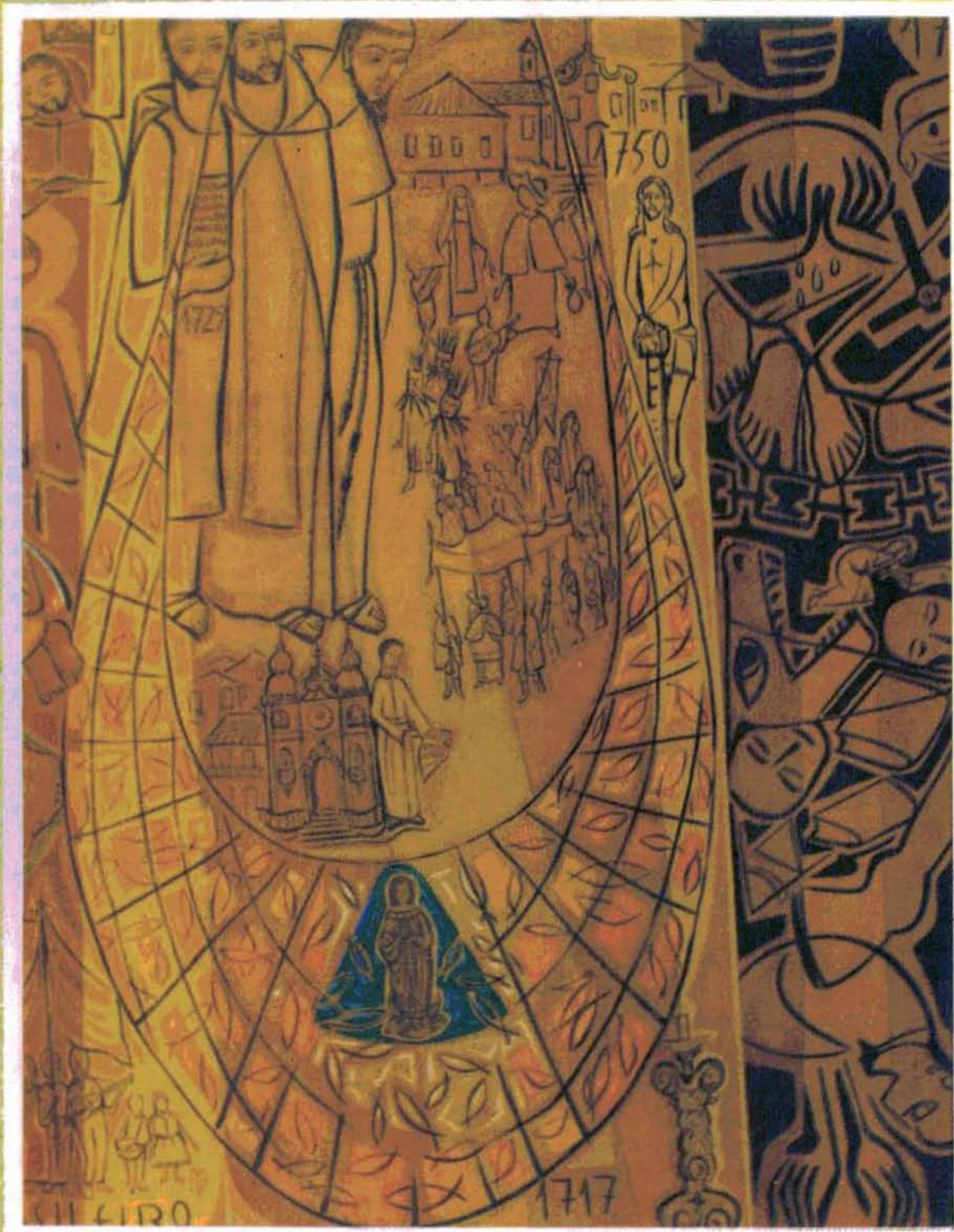


# convergência

JUN - 1993 - ANO XXVIII - Nº 263



• **SANTO DOMINGO E A RECONCILIAÇÃO**  
Frei Bernardino Leers, OFM - página 286

• **A VIDA CONSAGRADA NO PÓS-CONCÍLIO**  
Frei Bruno Secondin, O. Carm. - página 303

## CONVERGÊNCIA

Revista Mensal  
da Conferência  
dos Religiosos  
do Brasil: CRB



### Diretor-Responsável:

Pe. Edênio Valle, SVD

### Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12.679/78)

### Equipe de Programação:

#### Coordenador:

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

#### Membros:

Pe. Ático Fassini, MS

Ir. Lina Boff, SMR

Fr. Luiz Fernando Peixoto, OFM

### Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 - 4º andar

Cinelandia / Tel.: (021) 240-7299

20038-900 RIO DE JANEIRO - RJ.

### Assinaturas para 1993:

#### Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea ..... Cr\$ 425.000,00

**Exterior:** marítima ..... US\$ 45,00

aérea ..... US\$ 60,00

Número avulso ..... Cr\$ 42.500,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

**Composição:** Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 - Benfica - 20911-230 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 - Centro 25685-020 Petrópolis, RJ.

### Nossa Capa

Detalhe do mural de Claudio Pastro '500 Anos de Evangelização do Brasil', em Vila Kostka, Itaici, SP. Eis como o descreve o Pe. J. Ramón de la Cigoña em seu livro 'Arte em Itaici', à página 16: "Na extremidade esquerda da rede temos a presença de três ordens que também influenciaram profundamente a evangelização do país: um beneditino, um carmelita e um capuchinho. O beneditino é Frei Mateus da Encarnação Pinna, que se destacou em sua luta contra o jansenismo e traz em sua mão a "Defensio Purissimae et Integerrimae Doctrinae Sanctae Matris Ecclesiae". Em 1750 temos a fundação do seminário de Mariana, organizado e regido pelos jesuítas. Estes foram expulsos do Brasil em 1759 e não puderam mais influenciar a religiosidade mineira. A religiosidade popular traduziu-se em formas mais folclóricas e intimistas simbolizadas pelo barroco, as "beatas",

as folias de reis, as irmandades (do Santíssimo, dos negros...) e a devoção das cinco chagas representadas pelo homem das dores. O barroco desta época foi caracterizado pela arquitetura e pela liturgia (Sé de São João del Rey e o candelabro), e pela música sacra com o Pe. José Maurício, mulato e mineiro. O Mural entra numa fase escura quando chega a data de 1759: expulsão de mais de 450 jesuítas do Brasil por parte do Marquês de Pombal. O Artista quis fazer uma "Guernica" brasileira, tamanhas foram a injustiça e as conseqüências nefastas para a vida social, cultural e religiosa do Brasil, com a expulsão violenta destes religiosos. Uma mão de ferro simboliza Pombal e a manipulação da maçonaria em todo esse assunto. A seguir uma mulher chora desconsolada diante da saída dos jesuítas. Uma pomba morta simboliza toda liberdade e doação extintas. Uma mãe se debruça chorando a sua filha assassinada, lembrando aquela frase de Voltaire: "acabemos com a filha (a Companhia de Jesus) e logo acabaremos com a mãe (a Igreja)". A seguir aparecem rostos macerados e famintos dos exilados. Um animal grita, abrindo aterrorizado a sua boca, diante de tamanha injustiça. A pata do cavalo simboliza o abuso do poder. Por fim, um jesuíta agoniado arranha a terra como para se esconder dentro dela ou para enterrar seu companheiro morto. A expulsão dos jesuítas marca uma fase obscura na história da Igreja no Brasil (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº P-209/73.

## SUMÁRIO

EDITORIAL ..... 257

### O ESPLENDOR DE DEUS EM VASOS DE BARRO

Pe. Paulo Suess ..... 259

### SANTO DOMINGO: UMA TENSÃO FRUTÍFERA

Pe. Jorge Paleari, PIME ..... 275

### SANTO DOMINGO E A RECONCILIAÇÃO

Frei Bernardino Leers, OFM ..... 286

### A VIDA CONSAGRADA NO PÓS-CONCÍLIO: ENTRE CRISE E KAIROS

Frei Bruno Secondin, O. Carm. .... 303

### ESPIRITUALIDADE REPARADORA DO CORAÇÃO DE JESUS, HOJE

Marcial Maçaneiro, SCJ ..... 314

# EDITORIAL

## CORAÇÃO DE JESUS E REPARAÇÃO

O povo simples parece que sempre aprende antes de nós! Como que uma espiritualidade — a do Sagrado Coração — originada provavelmente no séc. XII, tempo de S. Lutgarda de Brabante, beneditina de Helfta, passando por figuras marcantes como S. João Eudes, Sta. Margarida Maria, ir. Elisabete da Trindade, pode se tornar tão popular entre o povo mais simples, inculturando-se em países tão distantes do seu berço europeu? Isto se torna mais interessante se observarmos que outras espiritualidades e devoções que se tentou “transplantar” não criaram raízes sequer nos grupos religiosos que articularam a transferência. O que teria esta devoção de especial? Penso em algumas razões, e a primeira delas tirada de minha infância. Como toda família brasileira tínhamos a “Folhinha” bem como a “estampa” entronizada solenemente em nossa casa. Aquele coração para fora do peito, a cara de dor, o sangue, tudo aquilo incomodava como se estivesse numa aula de anatomia. Aos poucos comecei a perceber o simbolismo expressado, o coração que, fechado e protegido na caixa torácica, se coloca **exposto**, machucável, diante de cada um, diante de toda a realidade. O povo, consciente ou inconscientemente admira quem se expõe, se arrisca. Tem empatia igualmente

por todo aquele/a que sofre, e sente ternura pelo seu Senhor. É claro que historicamente estas experiências espirituais foram muito cedo manipuladas, criando-se um dolorismo espiritual que satisfazia/faz elites tentando escamotear a percepção do real. Daí que, no aprofundar a percepção do “Coração de Jesus”, o povo de Deus foi percebendo que Jesus não era o único sofrido, doído, machucado, exposto... mas indicava, se tornava interrogante do envolvimento de cada um nas dores dos irmãos e da realidade (pois esta também “dói”). A noção de **reparação** passou de satisfazer um Filho de Deus ofendido, para o trabalho de perceber e buscar os rostos de perceber nas situações concretas da história e aí se associar no carinho de Deus por estes “preferenciais”.

O texto de Marcial Maçaneiro scj procura fazer-nos acompanhar diferentes aspectos dessa reparação que se transforma para nós religiosos em desafios pastorais: o ministério da reconciliação, a tarefa ecumênica, o campo da justiça e paz, os direitos humanos, a ecologia, a solidariedade para com os excluídos, entre outras. De alguma forma estes prismas unificam uma leitura do documento de Santo Domingo na perspectiva dos P. Paulo Suess,

P. Jorge Palleari e Fr. Bernardino Leers. "O Esplendor de Deus em vasos de barro" pede a "reparação" daqueles povos e grupos sociais colonizados ou culturalmente perseguidos ou prejudicados que reivindicam sua autonomia e/ou identidade cultural. "Santo Domingo: uma tensão frutífera" procura a "reparação" das feridas que foram feitas a partir da supressão de múltiplas visões de sociedade, de cultura e de evangelização. Finalmente, "Santo Domingo e a reconciliação" lembra que "reparação" neste caso supõe uma convivência fraterna em que se restaure a mútua confiança e a colaboração leal na tarefa comum de construir o Reino de Deus. Fr. Bruno Secondin nos apresenta as

etapas do processo de "reparação" que a vida religiosa vem fazendo nos últimos anos através de crises que conduzem a um kairós.

Que possa ser assim para cada um de nós o olhar sobre o Coração exposto de Jesus: a imagem desafiante de um Deus que arrisca as seguranças mais profundas que alguém possa ter para, declarando seu amor, chamar aqueles/as que desejam segui-lo nas mesmas condições. Uma imagem descentrada, num período de tanto cuidado com o "self", para pessoas que procuram ter o OUTRO como referencial do seu viver...

**P. Spencer Custódio Filho sj**

---

### **O valor da criação**

A criação é a expressão do poder do Deus vivo, manifestando sua sabedoria, bondade e amor. Nas coisas criadas, Deus proporciona permanente testemunho de si. Através da ação criadora, as Pessoas divinas comunicam algo de sua própria vida trinitária. O ser humano, imagem de Deus e senhor da terra, é chamado a aperfeiçoar-se no exercício do seu domínio sobre o mundo e a respeitar, com sabedoria, valores e leis das realidades terrestres, em harmonia com a obra do Criador. Reconhecer o valor da criação é também preservá-la. A questão ecológica não é apenas ambiental. É, sobretudo, antropológica. O homem deve descobrir sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com seu próprio trabalho, mas sempre levando em conta o plano originário do Criador. Realiza, assim, seu papel de colaborador de Deus na criação. Colaborar com Deus na criação é ainda denunciar a utilização da ciência e da técnica, fora de qualquer padrão ético, contra a vida e o futuro da criação. *Documentos da CNBB, 45: Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 33-34.*

# O ESPLENDOR DE DEUS EM VASOS DE BARRO

## “CULTURA CRISTÃ” E “INCULTURAÇÃO” EM SANTO DOMINGO

*A “cultura cristã”, conceito ambíguo,  
não responde à particularidade  
e pluralidade cultural  
dos povos latino-americanos e caribenhos.*

**Padre Paulo Suess**

São Paulo, SP

### 1. O CONTEXTO

#### 1.1. Nova consciência eclesial

“Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã” foi o tema da *IV Conferência do Episcopado Latino-Americano*, previamente determinado pelo Papa e seus assessores. Em Carta do 12 de dezembro de 1990, o cardeal Gantin, Prefeito da Congregação para os Bispos, comunicou o tema ao então presidente do CELAM, Darío Castrillon Hoyos. A “nova evangelização” é a “idéia central e iluminadora” e corresponde à tarefa específica da Igreja; a “promoção humana” se refere “à delicada e difícil situação em que atualmente se encontra a América Latina”; “cultura cristã”, sempre

segundo a carta de Gantin, “é o elemento de atualidade sobre o qual o CELAM vem insistindo” (1). A “nova evangelização” como o “elemento englobante” (SD 22) de Santo Domingo deveria “iluminar” a “promoção humana” e “projetar-se (...) sobre as culturas” latino-americanas.

Frente às três conferências do episcopado latino-americano, anteriores a *Santo Domingo*, a do *Rio de Janeiro* (1955), de *Medellín* (1968) e de *Puebla* (1979), a novidade de *Santo Domingo* estaria no aprofundamento da relação entre a evangelização e a questão das culturas. É a questão das culturas revelou-se, em outro nível como a evangelização, também como um “elemento englobante”, projetando-

se sobre a Nova Evangelização e a Promoção Humana. Revelação e oração, liturgia, festa e lazer, estruturas administrativas e trabalho, miséria e libertação, luta e contemplação, enfim, tudo que envolve a vida, a comunicação, a expressão, a criatividade, a compreensão, a consciência e os sonhos do ser humano, é culturalmente moldado e determinado. Deus e o ser humano se expressam, revelam e comunicam em chave cultural.

A questão cultural emergiu na Igreja com todo seu vigor sobretudo a partir do grito e do sofrimento de povos e grupos sociais colonizados ou culturalmente perseguidos ou prejudicados que reivindicaram sua autonomia e/ou identidade cultural. Há trinta anos, em sua Carta Encíclica *Pacem in Terris*, João XXIII chamou a atenção da Igreja para a emancipação das mulheres e a descolonização dos povos, falando de "sinais dos tempos" (n. 41s), de sinais de Deus nos tempos de hoje. De lá para cá, e com a ajuda de antropólogos, as Igrejas da América Latina e do Caribe despertaram para o colonialismo interno em cada país, do qual sobretudo os povos indígenas, os afro-americanos e os mestiços eram vítimas. Concomitantemente, percebeu-se nas bases pastorais que a questão cultural não é apenas uma questão étnica ou subordinada à questão social dos pobres. A questão cultural é uma das questões humanas mais abrangentes que mostra sua relevância em todas as questões pastorais perti-

nentes de hoje: na cidade e no campo, junto aos povos indígenas, aos afro-americanos, aos mestiços, aos migrantes, aos operários, às elites, aos pobres, enfim, junto a todas as classes sociais.

Numa questão tão abrangente e tão nova na consciência eclesial, condicionada pela polissemia conceitual, com que os próprios cientistas sociais nos confrontam, não era de esperar que os delegados de Santo Domingo, ao falar de cultura, tivessem encontrado um conceito único, homogêneo, cartesiano. As *Conclusões* mencionam o despreparo da Igreja na questão cultural reconhecendo "a escassa presença da Igreja no campo (...) antropológico-social" (SD 253). Mas não só a complexidade científica da questão cultural em si dividiu os delegados de Santo Domingo. Havia também interesses e lugares sociais diferentes a partir dos quais os respectivos setores confeccionaram seus discursos pastorais.

## 1.2. Realidade e interesses

Sem análise correta da realidade, a "solicitude pastoral" torna-se um pragmatismo *ad hoc*. As *Conclusões de Santo Domingo*, como um todo, sofrem um deslocamento da "visão da realidade" do início do documento, onde seria seu lugar tradicional na teologia pastoral da América Latina, ao seu interior. Trata-se de um deslocamento dispersivo e atomizante. Estilhaços de realidade aparecem por toda parte

do documento, porém, sem a força inspiradora de um “ver analiticamente organizado”. Isso prejudicou também a pedagogia da reflexão sobre a questão cultural. Uma teologia da cidade, para os moradores concretos da cidade de hoje, não poderia dedutivamente partir da “cidade celeste”, mas haveria de levantar seu vôo teológico indubitavelmente a partir das condições concretas dos moradores da cidade. O mesmo vale pela reflexão teológico-pastoral sobre a questão da cultura. Enunciados ontológicos como “Jesus Cristo é a medida de todo o humano e portanto também da cultura” (SD 228) são corporativisticamente corretos. Mas um saber hermético, como “a moral cristã” que, segundo as *Conclusões*, “só se entende dentro da Igreja” (SD 231), tampouco chega a mover o mundo. Os cristãos não são guardas dos mistérios de Deus ao pé de uma “torre de marfim”, mas distribuidores da graça de Deus em “vasos de barro”. A pedagogia pastoral reclama o passo da ontologia à alteridade, do “ser” (“cultura cristã”) ao “outro” (“inculturação”). Os bispos brasileiros entenderam esta diferença muito bem quando deram, em suas *Diretrizes a Santo Domingo*, ao Tema III o título: “Povos indígenas e afro-americanos: evangelização a partir de sua história e culturas” (2). Eis o mistério da encarnação. Jesus Cristo não anunciou a Boa Nova a partir de conceitos ontológicos do Reino, mas a partir da realidade sócio-cultural e histórica de seu povo.

No debate eclesial de Santo Domingo cruzaram-se difusamente interesses pastorais e administrativos, causas latino-americanas e romanas, cada um dos setores, como é lógico, fazendo teologia pastoral desde seu lugar e destinatário. Assim, enfrentaram-se “universalistas” da “cultura cristã” e “realistas” da “inculturação”, o neoplatonismo e o aristotelismo, fornecendo as bases filosóficas remotas. Frente à condição humana, cruzaram-se o “pessimismo” de Santo Agostinho e o “otimismo jusnaturalista” de Santo Tomás de Aquino (3). O resto — vitórias e derrotas na confecção das *Conclusões* — já era uma decorrência da “relação de forças” entre os quase 300 votantes, dos quais somente 161 eram delegados eleitos pelas respectivas Conferências Episcopais.

Para entender o debate ideológico em torno da questão cultural devemos procurar seu núcleo existencial/vivencial e psicológico. A questão cultural não exige apenas um *adornamento* intelectual ou conceitual. Exige uma verdadeira conversão pessoal e coletiva. Exige uma reavaliação da prática cultural do passado e mudanças na prática de hoje. Mudanças culturais, como todas as mudanças, provocam resistências. Mudanças culturais na Igreja tocam a identidade eclesial e sempre são processos de longo prazo. Os próprios delegados de Santo Domingo admitem a necessidade destas mudanças ao afirmar que a Nova Evangelização “é

antes de tudo, chamado à conversão” (SD 24). Esta conversão exige mudanças de estilos de vida, mudanças de estruturas de comunicação e organização em nível individual e coletivo. A inculturação levada a sério é um processo de despojamento, *metanóia* e *kénose*.

## 2. CULTURA CRISTÃ

### 2.1. O texto

A temática de Santo Domingo, Nova Evangelização (SD 23-156), Promoção Humana (SD 157-227) e Cultura Cristã (SD 228-286), é desenvolvida nos três capítulos da Segunda Parte das *Conclusões*. O terceiro capítulo que trata da “Cultura Cristã” é subdividido em cinco campos ou questões desta “cultura cristã”:

a) a questão dos valores e da moral (SD 231-242);

b) a questão étnica: indígenas, afro-americanos e mestiços (SD 243-251);

c) a questão da modernidade e do mundo urbano (SD 252-262);

d) o campo da ação educativa (SD 263-278);

e) o campo da comunicação social (SD 279-286).

É interessante ressaltar que depois de uma sumária definição do conceito “cultura cristã” na introdução ao terceiro capítulo da Segunda Parte do documento, nos cinco sub-temas — com uma exceção (SD 263) — praticamente de-

saperece o paradigma da “cultura cristã” do texto. Como se os autores, ao tratar o tema da “cultura cristã”, tivessem sentido a disfuncionalidade deste conceito. Fora do capítulo “Cultura Cristã” o conceito é mais usado do que no interior do capítulo dedicado a este tema.

#### a) *Aproximação ao conceito*

Segundo as *Conclusões de Santo Domingo* pode-se falar de “cultura cristã” quando “a fé, plenamente anunciada, pensada e vivida, chegue a fazer-se cultura (...), quando o sentir comum da vida de um povo tiver sido penetrado interiormente (...) e dali ‘projeta-se no ethos de um povo... nas suas instituições e em todas as estruturas’ (João Paulo II, *Discurso Inaugural*, 20)” (SD 229).

A “cultura cristã é o resultado final de um longo processo de “evangelização da cultura” (SD 229, 275). No processo da “evangelização da cultura”, a “cultura cristã” “invade até seu núcleo dinâmico” (SD 229) as culturas, “penetra” a vida dos povos, até “situar a mensagem evangélica na base de seu pensamento, nos seus princípios fundamentais de vida, nos seus critérios de juízo, nas suas normas de ação (João Paulo II, *Discurso Inaugural*, 24)” (SD 229). Através da “cultura cristã” o Espírito de Jesus ressuscitado “penetra e transforma os povos das diversas culturas” (SD 229), inclusive “os ambientes marcados pela cultura urbana” (SD 302).

## b) Projeto

A Igreja tem “um projeto cristão de homem” (SD 268). A meta deste projeto é um mundo cristão moldado pela “cultura cristã”. Para este projeto que — por ser um projeto ontológico — concretamente não existe, tudo, neste mundo, há de ser especificamente cristão. Portanto, tudo pode ser adjetivado de “cristão” ou, às vezes, mais restritivamente, de “católico”: “moral cristã” (SD 231), “ética cristã” (SD 242), “valores evangélicos” (SD 230), “normas cristãs” (SD 236), “conduta cristã” (SD 239), “educação cristã” (SD 264), “educação católica” (SD 269, 275), “antropologia cristã” (SD 264), “consciência cristã” (SD 237), “preocupação cristã” (SD 219).

Este projeto visa uma “cristandade moral” que pode conviver com diferentes regimes políticos, todos por sua vez falhos, porque baseiam suas “normas de moralidade, a chamada ‘ética civil ou cidadã’, na base de um consenso mínimo de todos com a cultura reinante, sem necessidade de respeitar a moral natural e as normas cristãs” (SD 236). O modelo da “cristandade moral” é o próprio Cristo. “Caminhar em direção a Ele é a moral cristã” (SD 231). Portanto, deve-se “apresentar a vida moral como seguimento de Cristo” (SD 239). Isso “exige uma renovada espiritualidade que (...) seja fermento de uma cultura cristã” (SD 45). “Somente a santidade de vida alimenta e orienta uma

verdadeira promoção humana e cultura cristã” (SD 31).

O projeto da “cristandade moral” tem uma lógica que o mundo não entende. “A moral cristã só se entende dentro da Igreja” (SD 231). Portanto, a Igreja torna-se tábuca de salvação do mundo. Este mundo sofre um “crescente desajuste ético-moral” (SD 232) que gera uma anticultura cristã, que é “a cultura da morte” (SD 26, 219, 235). Esta “cultura de morte” resume os “males individuais e coletivos que lamentamos na América Latina: as guerras, o terrorismo, a droga, a miséria, as opressões e injustiças, a mentira institucionalizada, a marginalização de grupos étnicos, a corrupção, os ataques à família, o abandono de crianças e idosos, as campanhas contra a vida, o aborto, a instrumentalização da mulher, a depredação do meio ambiente” (SD 9).

Os leigos são explicitamente elencados como protagonistas da “cultura cristã” (SD 97). Essa “cultura cristã” sinaliza o projeto e a meta da Igreja Católica de transformar o mundo num “mundo cristão e/ou católico”, através de sua doutrina e instituições educativas. “A educação cristã é a assimilação da cultura cristã” (SD 263) (4). Concretamente as *Conclusões* mencionam como instituições geradoras da “cultura cristã” a “escola católica (SD 278) e a “universidade católica” (SD 276). Mas praticamente podemos incluir nestas instituições todas as instituições sociais, que levam a Igreja a fazer-se presente no mundo.

### c) Metodologia

A “educação católica” formal (SD 275, 276, 277), extra-escolar e informal (SD 270) “é a mediação metodológica para a evangelização da cultura” (SD 271). A cultura evangelizada se torna “cultura cristã”. O diálogo entre a “cultura cristã” e as culturas inicia um processo de purificação e transformação das culturas até estas se tornarem “cultura cristã”. “A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos” (SD 230). O desafio do diálogo é a purificação da cultura do outro: “enfocaremos o desafio do diálogo entre o Evangelho e os distintos elementos que conformam nossas culturas para purificá-las e aperfeiçoá-las a partir de dentro, com o ensinamento e o exemplo de Jesus, até chegar a uma Cultura cristã” (SD 22). A inculturação do Evangelho “pretende a incorporação de valores evangélicos que estão ausentes da cultura” (SD 230).

Ao lado do “testemunho de vida cristã, que é a primeira e insubstituível forma de evangelização” (SD 33, cf. EN 22), e da “educação cristã”, Santo Domingo insiste que seja explicitamente anunciado “o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino e o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus (cf. EN 22)” (SD 33). Faz-se necessária “a proclamação vigorosa do anúncio de Jesus morto e ressuscitado (cf. RMI, 44), raiz de toda Evangelização, fundamento de toda promoção humana e princípio

de toda autêntica cultura cristã” (SD 33).

### 2.2. Limitações do texto

Os delegados de Santo Domingo não precisavam criar suas reflexões sobre a questão cultural *ex nihilo*. O magistério da Igreja, mais concretamente, o *Vaticano II*, *Evangelii nuntiandi*, *Puebla* e *Redemptoris missio* já forneceram elementos para o debate cultural. O tópico da “cultura cristã”, porém, não se encaixou bem nesta tradição, porque confunde uma maneira analógica de falar em cultura, a “cultura cristã”, com culturas concretas. A “cultura cristã” só pode ser imaginada como um conjunto de valores e referências evangélicos que inspiram os cristãos no diálogo com povos e/ou grupos sociais e suas respectivas culturas. Também os valores e referenciais evangélicos que não chegam propriamente a constituir uma cultura, são culturalmente situados. Também a “cultura cristã” precisa ser inculturada. Provavelmente por causa disso o paradigma da “cultura cristã” se tornará episódico no decorrer da história da Igreja. Ao definir o conceito cultura em *Puebla* (n. 386s), os bispos latino-americanos seguiram os textos da *Gaudium et spes* (cf. n. 53). Em função de uma evangelização integral optaram por um conceito integral. A cultura codifica “a maneira particular como em determinado povo cultivam os homens sua relação com a natureza, suas relações entre si próprios e com Deus”.

A cultura como jeito particular de vida de um povo remete sempre à especificidade de um conjunto de comportamentos constitutivos para a construção da identidade de qualquer grupo social. Fenômenos culturais isolados são somente inteligíveis no contexto global de cada cultura. Se a cultura codifica a vida *particular e integral* dos grupos sociais, o ponto de partida para a evangelização é, necessariamente, a vida *particular e integral* destes grupos. Essa vida — símbolos e significados religiosos, imaginário político-religioso, organização social, trabalho material e espiritual etc. — precisa ser decodificada e respeitada em sua diversidade para que a Igreja possa cumprir a sua missão. Ela foi enviada por Cristo “para manifestar e comunicar a caridade de Deus” (*Ad gentes*, 10). Essa caridade de Deus torna-se compreensível, não através de códigos universais de uma “cultura cristã” ou através de uma mera *tradução literal*, mas através de sua *encarnação/inculturação* nos mais diversos modos de vida dos povos.

Já que a cultura representa sempre uma forma particular de vida humana, uma “cultura cristã” seria exatamente o aprisionamento do cristianismo por esta forma particular ou o enquadramento numa civilização universal. Não só o mundo moderno e as culturas reclamam uma “legítima autonomia” (GS 56) frente às religiões universais, também o Evangelho, suas expressões e a prática dos seus ministérios, não podem ser aprisiona-

dos no interior de uma cultura padrão, seja particular ou supostamente universal. A *Evangelii nuntiandi* responde a esta questão: “O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas” (EN 20).

A visão cética do mundo (cf. SD 253) nas *Conclusões de Santo Domingo* contrasta, às vezes, com a visão otimista da *Gaudium et spes*. O diálogo entre “cultura cristã” e as culturas não é um diálogo em pé de igualdade. É o diálogo entre o perfeito e o imperfeito. O diálogo inicia um processo de purificação e transformação das culturas até estas se tornarem “cultura cristã”. “A fé, ao se encarnar nessas culturas, deve corrigir seus erros e evitar sincretismos” (SD 230). Por outro lado, a identificação do Evangelho com a “cultura cristã”, hegemônica e padronizada, remete os sujeitos de outras culturas a condições coloniais de evangelização. No âmbito de “cultura cristã”, o próprio linguajar das *Conclusões*, ao falar em penetrar (SD 229, 230, 302), invadir (SD 229), incorporar (SD 230), torna-se agressivo e machista, lembrando as práticas coloniais do passado. A tentativa de impor signos (símbolos, ritos, costumes) universais da “cultura cristã” para obter significados universais, favorece sincretismos. As pressões universalizantes frente a uma determinada cultura sempre levam à clandestinidade de práticas particulares. Isso

vale sobretudo para o campo religioso.

A partir da visão integral de cultura, o paradigma da "cultura cristã" dificilmente pode ser equacionado com a tradição conciliar. Uma "cultura cristã" não responde à particularidade e pluralidade cultural dos povos latino-americanos e caribenhos, nem aos múltiplos cristianismos vividos no mundo. Uma suposta "cultura cristã", como ponto de partida ou como ponto de chegada da evangelização, responderia ao drama da "ruptura entre o Evangelho e a cultura" (EN 20, SD 253) com a proposta ambiciosa da incorporação das culturas no cristianismo. Por causa de sua redução sumária da complexidade e pluralidade das culturas a *uma* cultura ideal e perfeita, porém historicamente inexistente, o conceito "cultura cristã" é, no mínimo, ambíguo. Desde a preparação para *Puebla*, os bispos brasileiros advertiram contra esta ambigüidade do paradigma "cultura cristã". "Observa-se também", ponderam numa Assembléia Geral Extraordinária, em abril de 1978, "que alguns setores abusam do título 'cultura cristã na América Latina', para defenderem a manutenção do *status quo* da sociedade, esvaziando e instrumentalizando a palavra 'cristã'" (5).

Os textos do magistério são bem claros quando alegam "inúmeros vínculos entre a mensagem de salvação e a cultura humana" (GS 58), rejeitam, porém, uma identificação entre Evangelho e cultura.

"A Igreja não se prende, por força de sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura humana", afirma a *Gaudium et spes* (n. 42). A "cultura cristã" não seria também uma cultura humana? Ou deveríamos entender "cultura cristã" apenas como um conjunto de "valores universais" gerados pela "moral cristã"? Ou a "cultura cristã" é humana, portanto, histórica e perfectível como as demais culturas, ou ela é divina e ontologicamente perfeita. Sendo divina ou ontologicamente perfeita deixaria de ser cultura. Nem o "ser", nem "Deus como sumo bem" (SD 232) têm cultura. "Cultura" é uma propriedade da humanidade.

### 3. INCULTURAÇÃO

#### 3.1. O texto

O paradigma da inculturação articula propostas frente aos desafios culturais da Evangelização. O Evangelho pode-se expressar em todas as culturas e onde o Evangelho, de fato, encarna-se numa determinada cultura, esta, segundo os autores do documento, torna-se cristã. "Assim toda cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referência a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem" (SD 13). Nesta passagem o Evangelho universal se torna uma boa notícia específica para um determinado povo ou grupo social. A felicidade, o amor, a boa notícia nunca são universais ou genéricas; sempre são concretas, específicas, contextuais.

## a) Raiz

A analogia entre encarnação e presença cristã no contexto sócio-cultural e histórico dos povos — a *Lumen gentium* (LG 8) fala de “uma não medíocre analogia” — fez emergir na reflexão teológico-pastoral o paradigma da inculturação (SD 30, 243). Jesus encarnado no meio de seu povo se serviu do contexto cultural e histórico de seu povo para expressar os mistérios da salvação e a esperança do Reino. “Assim a Nova Evangelização continuará na linha da encarnação do Verbo” (SD 30). Encarnação, inculturação, presença, proximidade, seguimento são palavras semanticamente muito próximas. “A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8)” (SD 13). Nesta inculturação — *seguimento* de Jesus (Jo 17,18) e *assunção* do mundo desfigurado (LG 8; cf. *Puebla* 31-39) — a Igreja atualiza os três grandes mistérios da salvação: a encarnação do Natal, a libertação da Páscoa e a diversificação cultural do Pentecostes (cf. SD 230). Na perspectiva do *seguimento* de Jesus e por causa da vinculação aos mistérios centrais da fé, a inculturação não é algo optativo ou setorial, mas um imperativo para toda a Igreja. As *Conclusões de Santo Domingo* são taxativas: “Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho” (SD 13).

## b) Meta

Na inculturação se entrelaçam a meta e o método, o universal da salvação e o particular da presença. A meta da inculturação é a libertação e o caminho da libertação é a inculturação. “Uma meta da Evangelização inculturada será sempre a salvação e a libertação integral de determinado povo ou grupo humano (...)” (SD 243). Esta libertação gera relações sociais simétricas de diálogo como pressupostos do anúncio da Boa Notícia e da celebração dos mistérios. A inculturação “é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo (cf. LG 8)” (SD 13).

Como restaurar este “rosto desfigurado”? Pela presença cristã encarnada que é capaz de tornar-se Boa Notícia para cada povo. Esta Boa Notícia inculturada visa a libertação de cada povo dos poderes da morte, o fortalecimento de sua identidade e a perspectiva de um futuro específico (cf. SD 243). A inculturação “se realiza no projeto de cada povo, fortalecendo sua identidade e libertando-o dos poderes da morte” (SD 13).

Finalmente, a presença cristã nas diferentes culturas e sociedades visa a descoberta, o reconhecimento e a assunção de novos valores pela Igreja (cf. SD 230). Estes valores — as “sementes do Verbo” — são anteriores ao anúncio explícito do Evangelho (cf. GS 57d; *Puebla* 401, 403, 451; SD 245; *Mensagem aos indígenas*, 2). Na evangelização este “reconhecimento” dos va-

lores culturais é um caminho bidirecional. O Evangelho que se fez cultura no decorrer de dois mil anos, inspira também com seus valores específicos as culturas e oferece novos horizontes.

### c) Agentes

A inculturação como nova proximidade eclesial no meio dos povos e grupos sociais coloca o dedo num ponto nevrálgico desta presença, que é a estrutura ministerial da Igreja. *Santo Domingo* fala muito da necessidade da inculturação do Evangelho, não indica, porém, pistas para a multiplicação dos agentes de inculturação. É claro, a evangelização é o dever fundamental de todo o Povo de Deus, já que toda a Igreja é missionária (AG 35). Portanto, todos os batizados precisam encarnar a sua fé no contexto concreto em que vivem. Mas numa questão tão nova na consciência eclesial, o Povo de Deus precisa de ajuda, de modelos, de exemplos. Como mediadores qualificados da inculturação, as *Conclusões de Santo Domingo* mencionam o povo de Deus, a Igreja particular, os Institutos seculares, a paróquia, os pastores, catequistas, agentes de pastoral e teólogos.

*Santo Domingo* enfoca duas vezes a Igreja local como o laboratório da inculturação. “A Igreja particular (...) conhece de perto a vida, cultura, os problemas de seus integrantes e é chamada a gerar ali, com todas as suas forças (...) a inculturação da fé” (SD 55). Os bispos, como pastores re-

gionais, devem, junto com o povo de Deus, coordenar e incentivar esta inculturação. “A tarefa da inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção dos seus pastores, com a participação de todo o povo de Deus” (SD 230). A paróquia deverá ser uma comunidade missionária. Portanto, ela também tem a tarefa “de fazer progredir a inculturação da fé nas famílias, nas CEBs, nos grupos e movimentos apostólicos, e através deles, em toda a sociedade” (SD 58).

Catequistas e agentes pastorais “serão instrumentos especialmente eficazes da inculturação do Evangelho” (SD 49). A própria inculturação já é uma primeira catequese vivencial sobre o mistério da encarnação. Portanto é necessário “uma presença efetiva dos agentes de pastoral nas comunidades (...)” (SD 177). A presença em si já tem um conteúdo querigmático. Segundo *Evangelii nuntiandi*, presença, participação, solidariedade já são gestos iniciais de evangelização (cf. EN 21). Esta presença tem mais peso onde catequistas e agentes de pastoral tornam-se uma comunidade inculturada. A missão sempre é uma tarefa comunitária. Assim devemos entender o testemunho das comunidades religiosas inseridas no meio do povo. *Santo Domingo* menciona particularmente os Institutos seculares: “Por sua consagração buscam harmonizar os valores autênticos do mundo contemporâneo com o seguimento de Jesus vivido a partir da secularidade; não de ocupar, pois, lugar de destaque no trabalho da Nova Evangelização

para a promoção humana e a inculturação do Evangelho” (SD 87). Também os teólogos, conforme seu campo específico, podem “contribuir para a inculturação da fé (...)” (SD 33).

#### d) Campos

A inculturação é uma proposta abrangente. Não existem situações, onde o Evangelho nada teria a declarar; não há lugares onde o seguimento de Jesus não leva. A inculturação, portanto, é uma tarefa para o mundo urbano e para o campo, para o mundo secularizado e para as culturas tradicionais, para ontem e hoje. “A partir da riqueza inesgotável de Cristo, hão de buscar-se as novas expressões que permitam evangelizar os ambientes marcados pela cultura urbana e inculturar o Evangelho nas novas formas da cultura adveniente. A Nova Evangelização tem de inculturar-se mais no modo de ser e de viver de nossas culturas, levando em conta as particularidades das diversas culturas, especialmente as indígenas e afro-americanas” (SD 30).

Ao lado da pastoral junto às chamadas culturas tradicionais, também uma “pastoral urbanamente inculturada” representa um desafio. Por isso, “a Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano (...)” (SD 256), nas famílias, nas CEBs, nos movimentos apostólicos e em toda a sociedade (cf. SD 58). A mensagem evangélica deve inculturar-se também “na nova cultura da imagem” (SD 279).

De uma certa maneira, a inculturação corresponde ao *adjornamento* de João XXIII. Evangelizar é a constante busca da contemporaneidade e contextualidade do Evangelho; portanto, significa “pôr o Evangelho em diálogo ativo com a modernidade (...)”; significa “inculturar o Evangelho na situação atual das culturas de nosso Continente” (SD 24). Isso é um longo processo pedagógico e pastoral já descrito por *Evangelii nuntiandi* (cf. EN 20ss; SD 256). A ação educativa da Igreja é um exercício de “inculturação do Evangelho na própria cultura” (263). No interior de uma “pastoral da inculturação, a educação é a mediação metodológica para a evangelização da cultura” (SD 271).

#### e) Níveis

A inculturação do Evangelho pressupõe um esforço da própria Igreja por sua inculturação. O que necessita ser inculturado é o conjunto da Igreja com suas estruturas, organização ministerial, liturgias, catequese (cf. SD 256). O rosto da Igreja local tem que refletir o rosto dos respectivos povos que compõem esta Igreja. Esta “inculturação da Igreja” visa “atingir uma maior realização do Reino” (SD 248).

Várias vezes *Santo Domingo* fala explicitamente da inculturação da liturgia (SD 43, 53, 248, 256). No início, ainda tímida e genericamente, menciona uma “sã inculturação da liturgia” (SD 43). Depois, o documento torna-se mais

concreto. Em fidelidade ao *Concílio Vaticano II*, os pastores devem promover uma liturgia que recupere as “formas, sinais e ações próprios das culturas da América Latina e Caribe. Nesta tarefa, deverá dar uma especial atenção à valorização da piedade popular, que encontra sua expressão especialmente na devoção à Santíssima Virgem, nas peregrinações aos santuários e nas festas religiosas (...)” (SD 53). “Em Santa Maria de Guadalupe”, diz o documento, citando o *Discurso Inaugural* de João Paulo II, “é oferecido ‘um grande exemplo de evangelização perfeitamente inculturada’” (SD 15).

Já no contexto da pastoral dos povos indígenas, *Santo Domingo* propõe concretamente a promoção de “uma inculturação da liturgia, acolhendo com apreço seus símbolos, ritos e expressões religiosas” (SD 248). O mesmo acontece no contexto da pastoral urbana, que deve ser “inculturada com relação à catequese, à liturgia, e à organização da Igreja” (SD 256).

As *Conclusões de Santo Domingo* tocam também a questão da inculturação da formação sacerdotal. Cursos específicos de missiologia devem instruir “os candidatos ao sacerdócio sobre a importância da inculturação do Evangelho” (SD 128). Mas a inculturação não é apenas uma questão de instrução. É um novo estilo de vida. Por isso deve-se “rever a orientação da formação oferecida em cada um dos

nossos seminários, para que corresponda às exigências para a promoção humana e a inculturação do Evangelho” (SD 84). Os pastores devem “dispensar particular interesse ao desafio representado pela formação sacerdotal dos candidatos provenientes de culturas indígenas e afro-americanas” (SD 84).

Finalmente, a própria reflexão teológica — por ser contextual — há de ser inculturada. Por isso, *Santo Domingo* propõe, para determinados contextos, “favorecer uma reflexão teológica em torno da problemática da terra, dando ênfase à inculturação (...)” (SD 177). A “Teologia da Terra” é uma das teologias contextuais mencionadas por *Santo Domingo* ao lado da “Teologia Índia”. Estas teologias inculturadas exigem da Igreja um grande esforço de acompanhamento e respeito. Por isso, os delegados de Santo Domingo se comprometeram frente aos povos indígenas de “acompanhar sua reflexão teológica, respeitando suas formulações culturais, que os auxiliam a dar a razão de sua fé e de sua esperança; crescer no conhecimento de sua cosmovisão, que faz da globalidade de Deus, homem e mundo, uma unidade que impregna todas as relações humanas, espirituais e transcendentais” (SD 248). Esta inculturação e contextualização teológica são igualmente importantes para o mundo urbano. A proposta pastoral de uma reflexão teológica inculturada corrige e critica, de uma certa maneira, a própria cristologia e eclesiologia das

*Conclusões de Santo Domingo.* A realidade pastoral da América Latina e do Caribe contextualiza a reflexão teológica do documento.

### 3.2. Perspectivas do texto

Ao passar do conceito “cultura cristã” ao paradigma da “inculturação”, percebem-se as tensões e contradições que atravessam as *Conclusões de Santo Domingo*. São tensões por vezes exógenas, por vezes endógenas de uma Igreja que — por causa e apesar de sua longa tradição — luta para se fazer contemporânea regional em seus povos, sem deixar de ser universal em seu projeto.

A questão das culturas coloca-nos frente à questão do equilíbrio e da articulação entre plural e singular, universal e particular, identidade e alteridade, amor próprio e amor universal. O amor próprio — o amor de sua causa, cultura e história, que é constitutivo para a construção da identidade — é a medida do amor aos *outros*. Quem não ama sua cultura, nem conhece sua história, como pode amar outros indivíduos e povos sem preconceitos e sem julgamento precipitado de valores? Mas quem absolutiza sua própria história e cultura, tampouco tem um conhecimento correto do seu passado e nem ama os outros como a si mesmo, mas ama apenas a si mesmo nos outros.

A inculturação visa uma nova proximidade eclesial na diversidade histórico-cultural de cada povo

e grupo social. É uma presença catalisadora que provoca mudanças culturais sem interferência explícita na cultura dos diferentes povos. A presença do Evangelho pode restaurar e fortalecer a identidade de um determinado grupo social. Por outro lado, a reconstrução da identidade depende sempre do respeito, do diálogo e do reconhecimento dos *outros*.

A inculturação como solidariedade sócio-cultural e seguimento de Jesus não pode ser confundida com a identificação do evangelizador ou do Evangelho com o *outro* e sua cultura. Ao não se identificar com nenhuma cultura e inculturar-se em todas, os evangelizadores respeitam a alteridade e preservam a identidade da mensagem e das culturas. A inculturação visa uma proximidade respeitosa em face da alteridade, crítica frente ao pecado e solidária no sofrimento. Ao inculturar-se no mundo pluricultural, o Evangelho universaliza sua proposta concretamente. O grão de trigo que cai por terra e morre traz muito fruto (Jo 12,24). O Evangelho, universalmente “em casa”, provando sua relevância aos “cansados sob o peso do seu fardo” (Mt 11,28), desperta um novo ardor e alimenta a esperança do Reino.

### 4. PRIORIDADE DA INCULTURAÇÃO

Ao debruçar-se sobre as *Conclusões de Santo Domingo*, o leitor pode-se imaginar uma escala onde a “inculturação” e a “cultura cristã” ficariam nos lados extremos.

Entre ambos situar-se-ia o t3pico da "evangeliza33o das culturas". A "evangeliza33o das culturas" — paradigma consagrado nos documentos da Igreja desde a *Evangelii nuntiandi* de Paulo VI — pode ser lida em chave de "incultura33o" ou em chave de "cultura crist33a". 3s vezes, o conceito "cultura crist33a" — como meta — ou macrocultura crist33a — visa incorporar todas as culturas no seu interior, cooptando at3e o conceito da "incultura33o". 3s vezes, o conceito da "incultura33o" emerge com toda a sua novidade como reexpress33o do Evangelho no interior das diferentes culturas, visando cristianismos diversificados e culturas crist33as num plural ecum3enico. Em todo caso, os extremos da escala imaginada, a "cultura crist33a" e a "incultura33o", representam projetos bem diferentes e n3o podem ser harmonizados.

No meio deste vai e vem, as pr3oprias *Conclus33es* oferecem a chave de leitura para a quest33o cultural. Nas *Linhas Pastorais Priorit33rias* (287-302), j3 no final da batalha pelo texto, os delegados de Santo Domingo tomaram op33es priorit33rias comprometendo-se com uma "nova evangeliza33o", com uma "promo33o integral" e n3o, como era de esperar, com uma "cultura crist33a", mas com uma "evangeliza33o inculturada" (SD 292). Nas *Linhas Pastorais Priorit33rias*, os delegados de Santo Domingo reconhecem que n3o lhes cabe optar pela cria33o de uma "cultura crist33a", mas por uma "evangeliza33o inculturada" no contexto cultural da ci-

dade e do campo, dos povos ind3genas e afro-americanos, do campo da educa33o e dos meios de comunica33o. Silenciosamente substituiram um *leitmotiv* da *IV Confer33ncia*, a "cultura crist33a", pelo paradigma operacional da "evangeliza33o inculturada". Conseq3ente-mente, tamb3m na *Ora33o* que fecha o documento, n3o pedem a b3n3o por uma "cultura crist33a", mas "por uma evangeliza33o inculturada" (SD 303).

Com esta "substitui33o paradigm3tica" ca3ram por terra pretens3es veladas de instaurar, atrav3s da bandeira da "cultura crist33a", uma nova cristandade ou reivindicar para a Igreja as atribui33es de uma *societas perfecta*, ainda presentes na discuss3o em torno de um pedido coletivo de perd3o. A Igreja *societas perfecta* n3o precisava de perd3o ou convers3o. Com o Papa os delegados pedem perd3o pelo "holocausto desconhecido do qual participaram batizados que n3o viveram sua f3" (SD 20). D3o gra3as a Deus pelas luzes da primeira evangeliza33o e pedem "perd3o pelas ineg3veis sombras que cobriram este per3odo" (*Mensagem aos povos da Am3rica Latina e do Caribe*, 2). A Nova Evangeliza33o, delineada em Santo Domingo, "3 antes de tudo, chamado 3 convers3o" (SD 24). Em plena sincronia com *Puebla*, a Nova Evangeliza33o j3 n3o 3 um convite "a ficar sob um esquema eclesi3stico, mas sim a acolher pela f3 o dom3nio espiritual de Cristo" (P 407). O "dom3nio espiritual de Cristo" permite aos crist3os viver e fermentar as

culturas a partir de sua visão do mundo. Conforme a própria definição do *Vaticano II* (GS 53; cf. P 386s), a cultura é um sistema de vida dos povos e grupos sociais. Esta vida pode ser fermentada com adubos diferentes.

Já a "cultura da morte" é uma corrupção do conceito "cultura". Nenhum povo organiza sua vida para matar os outros ou para suicidar-se. Tampouco existe uma "cultura do pecado". Onde as *Conclusões de Santo Domingo* falam em cultura da morte (SD 9, 26, 219, 235, cf. 280) a confundem com "poderes da morte" (SD 243) e "estruturas de pecado" que de fato atravessam as culturas. Admitindo ao lado de uma "cultura de vida" uma "cultura de morte" abre-se um espaço para um dualismo existencial e teológico, em desacordo com a própria fé cristã. O cristão não nega os "poderes da morte", manifestos no "crescente desajuste ético-moral" (SD 452) e nos "males individuais e coletivos que lamentamos na América Latina: as guerras, o terrorismo, a droga, a miséria, as opressões e injustiças (...)" (SD 9). Mas, a cruz de Cristo venceu o pecado. A própria criação e a redenção apontam para a vida que é mais forte.

Através dos povos evangelizados a história purifica constantemente as expressões e práticas ambíguas da própria Igreja. Na proximidade junto aos pobres e outros esta Igreja entende e faz entender que a alternativa à exclusão sócio-cultural e política não é a integração aos

macrossistemas, mas a participação na construção de um outro mundo no plural. O futuro dos famintos não é a "barriga cheia", mas a partilha dos bens e a participação da mesa. A utopia dos outros não é a mestiçagem, a aculturação ou a androginia, mas o reconhecimento de sua alteridade, constitutiva para a identidade dos demais. O sonho dos silenciados não é a construção do mundo novo "no grito", mas uma vida integralmente nova, onde a voz fraca do mais necessitado é a primeira a ser ouvida. Eis o verbo dos excluídos que se há de fazer carne: partilhar, participar, reconhecer, ouvir. Na "evangelização inculturada" a Igreja aprenderá sempre com mais profundidade que o "conhecimento do esplendor de Deus, que se reflete na face de Cristo" não deve ser guardado numa "torre de marfim", mas carregado e partilhado em "vasos de barro" (2 Co 4,6s).

*QUESTÕES para ajudar a leitura individual do texto ou o debate em comunidade:*

1. Tendo presente o conceito de cultura apresentado pelo autor você concordaria que exista uma "cultura cristã"? Pode o Evangelho ser aprisionado dentro de uma cultura padrão?

2. Jesus encarnado no meio de seu povo se serviu do contexto cultural e histórico inculturando-se. Na realidade onde você vive e trabalha quais são os elementos da cultura local diferentes da cultura

vivida por você? O que você percebe como "sementes do Verbo" presentes na cultura principalmente dos mais simples desse local?

3. Santo Domingo insiste no "protagonismo dos leigos" no pro-

cesso de evangelização e inculturação. Seu modo de trabalhar (e da sua comunidade) é capaz de articular, envolver leigos na missão apostólica comum? Você consegue "diminuir para que o outro cresça"?

## NOTAS

(In "Santo Domingo: ensaios teológico-pastorais", Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1993).

(1) Carta do Sr. Cardeal Bernardin Gantin. In: CELAM. **Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã**. Documento de trabalho. São Paulo, Ed. Loyola, 1992, pág. 13-15. (2) **Das diretrizes a Santo Domingo**. São Paulo, Ed. Paulinas (Documentos da CNBB, 48), 1992, pág. 17. (3) Cf. SUESS, Paulo. **Liberdade e servidão**. Missionários, juris-

tas e teólogos espanhóis do século XVI frente à causa indígena. In: IDEM (org.). **Queimada e sementeira**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988, pág. 21-44, aqui 32ss. (4) A "assimilação" da "cultura cristã" seria somente possível se a "cultura cristã" não fosse um projeto, mas existisse na realidade. "Assimilação", portanto, temos que neste contexto compreender como um esforço pedagógico de realizar o projeto da "cultura cristã". (5) CNBB. **Subsídios para Puebla**. São Paulo, Ed. Paulinas (Documentos da CNBB, 13), 1978, pág. 14 (n. 52). □

---

## Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre

Deus coloca no centro de sua obra Cristo, imagem do Deus invisível e o primogênito de toda criatura, porque nele foram criadas todas as coisas. Foi em Cristo que Deus criou o universo e, de modo especial, o homem e a mulher, feitos à sua imagem e semelhança. Cristo é o mediador e a plenitude da revelação, que vem nos manifestar as maravilhas do Pai, estabelecendo sua morada no meio de nós. Cristo continua na sua Igreja e mostra como se realiza o plano do Pai, num diálogo salvífico e misterioso no coração do homem, na marcha da história e na busca constante dos povos e suas criaturas. Deus não quer salvar os homens isoladamente. Por isso, congregou na Igreja os que crêem em Cristo. Desde a origem do mundo, ela foi prefigurada, preparada na história de Israel, fundada por Cristo, manifestada ao mundo com a efusão do Espírito Santo e será gloriosamente consumada no final da História. *Documentos da CNBB, 45: Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 29-30.*

# SANTO DOMINGO: UMA TENSÃO FRUTÍFERA

*Entre evangelização e promoção humana,  
existem laços profundos de ordem  
teológica, antropológica e evangélica.  
É um avanço na perspectiva  
da cultura da vida contra a cultura da morte.*

**Pe. Jorge Paleari, PIME**  
São Paulo, SP

A idéia de refletir a temática de Santo Domingo nos veio a partir das diferentes interpretações do texto feitas pelos Bispos que estiveram na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

Se os enfoques e as abordagens se mostravam diferenciados é porque, antes de tudo, os Bispos estavam falando de um lugar social determinado, a partir de opções teológicas e de um ponto de vista diferenciado e, de outro, porque o mesmo Documento podia permitir leituras ambivalentes.

Noutros termos, o texto carrega dentro de si múltiplas interpretações propriamente porque reflete um contexto complexo.

Foi, dentro desta perspectiva, que escolhemos como chave interpretativa de nossa análise a cate-

goria da "ambivalência", procurando aprofundar o contexto complexo que está à base do Documento.

Nós mesmos não somos neutros. O ponto de partida é assumido conscientemente. Podem-se ter outros. Brincamos com a complexidade. Estamos situados e fazemos determinadas escolhas. Temos uma certa visão de mundo, gostamos de nossos sonhos e temos alguns compromissos. Não possuímos toda a verdade, mas somos teimosos com nossos pontos de partida. Procuramos, no entanto, ter constantemente uma vigilância epistemológica.

Qualquer documento não surge por acaso. Não é fruto da boa vontade de alguém. Este alguém está sempre situado no momento histórico, espelha as tensões e reflete o contexto mais amplo.

No que se refere a Santo Domingo, os múltiplos documentos preparatórios atestam o contexto de tensão em que acontece esta Conferência.

O contexto é propriamente a realidade mundial, Latino-Americana e a conjuntura da Igreja. Os fatores vão se cruzando entre si. No atual momento histórico, pode-se dizer, que o documento reflete as múltiplas visões, os múltiplos modelos de sociedade e a heterogeneidade de situações.

## O CONTEXTO DE MEDELLÍN

Com uma relativa distância, percebe-se com maior clareza o substrato do que foi Medellín em 1968.

Houve um Concílio *Vaticano II* e a necessidade de compreendê-lo a partir da América Latina. Houve, também, todo um clima histórico favorável. Havia naquela época um fervilhar muito grande dos povos e países Latino-Americanos. Em 1959 aconteceu a *revolução cubana* com todas as esperanças que pode ter suscitado. O clima era também para uma reformulação do modelo de desenvolvimento, introduzindo a *teoria crítica da dependência*. Pipocavam em toda a América Latina os grupos de cristãos pelo socialismo e os movimentos revolucionários. Camillo Torres, sacerdote católico, insere-se na guerrilha. É ele um exemplo catalizador de todo um movimento de mudança.

No Brasil, os grupos progressistas na Igreja atuam como movimen-

tos de mudança social. A *JEC*, a *JUC*, a *JOC*, o *MEB* e, mais tarde as *CEBs*, surgem e fazem acontecer Medellín.

A consciência de uma igreja que se abre ao mundo e responde aos grandes desafios, faz com que se assumam teses corajosas no sentido da mudança social. É um cristianismo de cunho "ético-social" que se torna hegemônico. O termo "libertação" começa a povoar o imaginário da Igreja e torna-se o imaginário hegemônico nos anos sucessivos.

O contexto eclesial, sob o impulso do Concílio, é de "aggiornamento" e de mudança. Este clima contagia a Igreja e o documento de Medellín expressa este novo dinamismo. O Documento final de Medellín, intitulado "A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio", compõe-se de três seções: promoção humana, Evangelização e Crescimento na fé e A Igreja Invisível e suas estruturas. Três documentos da seção Promoção Humana: Justiça, Paz e Educação, são particularmente sintonizados com a teoria da dependência.

## O CONTEXTO DE SANTO DOMINGO

Mesmo que aqui sejam consideradas as diferentes facetas do contexto histórico, os vários elementos não estão soltos no ar, mas profundamente entrelaçados. Para fins de tecer considerações tentamos mantê-los distintos, mesmo que seja para fins analíticos.

**a) O contexto eclesial:  
a centralização e as marcas  
de Medellín e Puebla**

Santo Domingo se insere num *contexto eclesial* de uma Igreja que se centraliza sobre si mesma. As grandes aberturas do Concílio são revistas. A Igreja se afirma no sentido de uma maior institucionalização. Todas as áreas eclesiásticas, da liturgia, do direito canônico, da teologia e da doutrina, tendem para uma formulação precisa. A "profissão de fé" que está no começo do documento, pretende condensar as verdades seguras que fundamentam a experiência cristã. Sendo que é exigida uma maior clareza e identidade, refuta-se qualquer tipo de abertura, entendida como inevitável dispersão. A autoridade eclesiástica é maiormente afirmada, assim como a nomeação de bispos mais conservadores.

O desejo, porém, de reconfirmar os caminhos de Medellín e de Puebla faz com que o documento de Santo Domingo viva profundamente a tensão eclesiológica entre instituição e abertura, entre eclesiocentrismo e eclesiologia de missão, entre método dedutivo e método indutivo. A mesma estrutura do documento revela, de um lado, *um grande desejo de afirmação de uma identidade rígida*, a partir dos princípios e sem necessitar de análises prévias (I parte: profissão de fé) e, do outro, sugere, nas partes sucessivas, a retomada do método *ver, julgar e agir*, quando descreve a realidade, analisa os desafios e aponta para pistas pastorais.

A nível de opções prioritárias, é ainda afirmada *a opção pelos pobres* (n. 178, 180 e 296), mas diluída em outras *múltiplas opções*.

Mesmo que o Documento se constitua ao redor do discurso inaugural do Papa, as conceituações são, às vezes, ambíguas, como por exemplo a *questão da cultura cristã e o conceito de inculturação*.

Há vários conceitos de inculturação que vão se cruzando entre si. Isto demonstra as tensões doutrinais que se encontram presentes. Por exemplo, quando trata das linhas pastorais com relação à evangelização inculturada no meio indígena (n. 248), emergem diferentes conceitos de inculturação.

Um primeiro é marcado pelo profundo respeito à cultura dos povos indígenas. Insere-se claramente no contexto teológico da criação e da redenção salvadora de toda a história humana. Fala que é necessário acompanhar a reflexão teológica dos povos indígenas, respeitando suas formulações culturais. Insiste na necessidade de crescer no conhecimento de sua cosmovisão e de ter um diálogo respeitoso.

Um segundo é marcado por um sutil intervencionismo eclesial. É esta postura que faz com que estudiosos das ciências humanas suspeitem do democraticismo disfarçado da Igreja. (A Igreja deve) promover nos povos indígenas seus valores culturais autóctones, mediante uma inculturação da igreja, para atingir uma maior realização

do Reino. A relação Igreja-Reino encontra-se confusa e é, pelo menos, eclesiocêntrica. No n. 230, a questão da inculturação parece reforçar a necessidade da Igreja encarnar o Evangelho nas diversas culturas (...) transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existem e renovando-as a partir de dentro. É o texto da R.M. que fundamenta esta postura, mas já indica um outro conceito de inculturação, muito mais intervencionista.

Um terceiro conceito fala muito mais explicitamente de "Evangelização das culturas" (n. 91), com a necessidade de chegar a uma cultura cristã (n. 22), sempre no sentido de exigir uma purificação e aperfeiçoamento. Com maior clareza é evidenciada a postura ativa da Igreja no sentido de uma maior intervenção, para que tudo aconteça em sintonia com o valor dos símbolos universais e em harmonia com a disciplina geral da Igreja (n. 248).

O longo caminho dos textos preparatórios mostra os avanços, os recuos e as críticas presentes na Conferência de Santo Domingo. O CELAM de 1992 não é mais o CELAM de 1968. A cúpula ressentiu-se de mudanças e de centralizações.

A quantidade de textos preparatórios é reveladora das ambigüidades presentes. Também o Documento de Trabalho, elaborado a partir de textos e críticas anteriores, nem chega a ser considerado na Assembléia de Santo Domingo (\*).

## **b) O contexto sócio-econômico: integração e mudança estrutural**

A realidade sócio-histórica da América Latina nos anos 90, reflete-se também no documento.

A queda do socialismo real dos países do Leste Europeu teve como imediato enaltecimento o modelo neo-liberal que, não obstante sua subdivisão em três mega-blocos econômicos: Eua, Europa e Tigres Asiáticos, vive em contradições internas notáveis. Por exemplo, a unificação alemã e seu ajuste econômico interno contribuíram para abalar as instáveis moedas inglesas e italianas e a acentuada dívida interna norte-americana faz surgir convulsões sociais (raciais?) frequentes.

Os parceiros privilegiados destas economias são os países do Leste Europeu, sobretudo pela infraestrutura industrial já montada, sendo os Países do Terceiro Mundo quase que completamente excluídos. Há carência de poupança no mundo e os investimentos na América Latina são escassos.

Os projetos integracionistas na América Latina pretendem, de uma certa forma, fazer frente aos megablocos. É primeiramente uma integração de miséria e de dívida externa, mas sempre um desejo de fazer frente ao isolamento mundial. É neste contexto que no Cone Sul da América Latina está sendo encaminhado o Mercosul. Trata-se de uma integração econômica que

envolve países como a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Shilling se pergunta se será uma "integração solidária", "tal como foi sonhada pelos Libertadores: a Pátria Grande dos Latino-Americanos e Caribenhos" ou uma "integração que acelere o processo de dominação, de anexão dos países mais débeis pelos mais poderosos" (Shilling, Paulo R. — *Mercosul: integração ou dominação?* São Paulo, CEDI, 1992).

A percepção da miséria generalizada é bem caracterizada pelas Conclusões de Santo Domingo. "Temos de aumentar a lista dos rostos sofridos que já havíamos assinalados em Puebla" (n. 179). A política neoliberal é também a causa de tanto sofrimento (n. 179, 181). Falando das metrópoles Latino-Americanas, são visualizadas as periferias de pobreza e miséria que são fruto de modelos econômicos exploradores e excludentes (n. 255). O Papa, no discurso inaugural (citando a *Centesimus Annus*, 60), afirma que "diante de tudo isso, impõe-se uma mudança de mentalidade, de comportamentos e de estruturas".

Para o surgimento da Pátria Grande, a Mensagem da IV Conferência sugere alguns elementos necessários: a reconciliação, a solidariedade, a integração e a comunhão (n. 47 Mensagem). A questão da integração Latino-Americana é vista como fator a ser fomentado e acompanhado. "Isto deve ser feito desde uma perspectiva de solidariedade que, exige, além disso, uma

nova ordem internacional" (n. 209, Discurso inaugural, 15).

Estranha-se que com todas estas premissas e considerações não se clame no documento por uma clara mudança estrutural, como foi claramente afirmada em Medellín e Puebla. Os conceitos de "integração" e da "nova ordem internacional e nacional" (n. 206) se revestem, portanto, de ambigüidade. Podem também significar um ajuste interno de boa convivência em que a pobreza seja atenuada, mas não superadas. Que sociedade, afinal, se quer para a América Latina?

O conceito de integração significa juntar elementos diferentes, quase chegando a uma certa harmonia. Como se dá, no entanto, a relação entre homogeneidade e heterogeneidades, o uno e o múltiplo? O mesmo conceito de integração, não se pode esquecer, está à base da ideologia de progressiva integração num único sistema de todas as realidades sócio-culturais, micro ou macro que sejam. Em 1966, em Mar del Plata, por ocasião da X Assembléia geral do CELAM, o tema do encontro teve como título: Presença ativa da Igreja no desenvolvimento e integração da América Latina". Já naquela época a integração era apontada como elemento constitutivo das respostas evangelizadoras, só que num clima favoravelmente desenvolvimentista.

A América Latina e o Caribe são considerados pelo Documento como um continente multiétnico e pluri-

cultural. O que significa, a este ponto, o processo de integração? O texto parece indicar que a unidade buscada deve se dar ao redor da identidade católica (n. 244). De novo esconde-se a ambigüidade. *O que significa ser "o católico" o elemento unificante ou uniformizante? É o catolicismo que vai integrar a América Latina? Eclesiocentrismo ou neo-cristandade?*

E quem, por acaso, opta por um modelo de mudança social e de superação da injustiça, não será por acaso desajustado ou perigoso e não sintonizado com a integração? Mas o texto, em sua ambigüidade, permite assegurar um espaço: o projeto mais profundo de transformação. É o mesmo Papa que, no discurso inaugural, sugere a necessidade de mudanças estruturais.

Toda esta discussão, no fundo, baseia-se na teoria sociológica da manutenção ou da mudança social, ou, noutros termos, no embate entre desenvolvimentismo e teoria da dependência. Num certo sentido, contribuí para detectar os parâmetros dentro dos quais irão se acirrando as tensões pastorais, a diversidade da visão do mundo dos agentes e a visualização do lugar social e da função social dos atores religiosos.

**c) Contexto cultural:  
o culturalismo  
e as relações de poder**

As Conclusões de Santo Domingo enfrentam pela primeira vez de

maneira sistemática a questão da cultura e a respectiva inculturação do Evangelho.

Os textos preparatórios já permitiam enxergar que a dimensão da cultura teria sido um dos eixos norteadores da conferência. Continuam subsistindo temores a respeito da substituição do imaginário da libertação pelo imaginário da cultura.

O texto final não desfaz estes temores, mas continua vacilando *entre o enfoque culturalista e uma percepção da cultura que pretende estar numa dialética constante com o contexto social*. A segunda aceção permite entender o simbólico em sua contextualização com as condições reais de vida e permite continuar em sintonia com a temática da libertação.

Nos próximos anos, propriamente pela ambigüidade desta abordagem, haverá uma tensão constante no contexto eclesial entre as duas correntes que povoam a teoria da cultura. A tensão se traduzirá em práticas pastorais diferenciadas.

A questão pode ser colocada desta maneira: a cultura diz respeito exclusivamente aos elementos simbólicos e ao mundo dos significados ou inclui também o mundo das relações sociais, as condições reais de vida e os sistemas de poder? Qual a relação que se estabelece entre o simbólico e as condições materiais de existência? Qual a relação entre visão de mundo (unverso simbólico ou imaginário) e

sistema de relações de poder na sociedade?

O texto de Santo Domingo, num primeiro momento, retomando a concepção de cultura dada por Puebla parece se aproximar mais a uma teoria da cultura que liga o simbólico à sua base real quando afirma: "Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça" (n. 161, Puebla, 437). Noutras palavras, há uma correspondência entre sistema interpretativo e sistemas de relações e de produção. O fato de um grupo estar situado em condições subalternas faz com que elabore uma visão do mundo que se contrapõe a outro sistema dominante, mesmo que seja, muitas vezes, invadido e domesticado por este último sistema.

Nesta perspectiva é impossível falar de evangelização da cultura sem dar conta da globalidade da existência e sem incluir a promoção humana. "Entre evangelização e promoção humana — desenvolvimento, libertação — existem laços profundos... de ordem antropológica... teológica... e evangélica" (n. 157). É este enfoque que permite ao Documento avançar na perspectiva da "cultura da vida" contra uma cultura de morte (n. 26, 219, 235).

Por isso que "uma meta da evangelização inculturada será sempre a salvação e a libertação integral de determinado povo ou grupo humano, que fortaleça sua identidade e confie em seu futuro específico..." (n. 243).

A evangelização da cultura não se restringe, portanto, ao processo de purificação, acomodação e reformulação da visão do mundo do "outro", mas muito mais uma libertação global e integral.

A evangelização inculturada é um processo pelo qual o outro diferente se constitui como sujeito de mudança de suas condições de vida e, contemporaneamente, como sujeito de reformulação de sua visão do mundo.

Entre condições de vida, comportamentos, atitudes, consciência social e visão simbólica, sistema de interpretações existem interrelações profundas.

O problema se coloca quando, num segundo momento, o documento foge desta matriz teórica e concebe-se a *cultura como um sistema interpretativo desligado de um contexto social e dos atores, historicamente situados, que a constituem*. O enfoque, então, torna-se culturalista. Começa-se a falar de evangelização como em purificar (n. 36), promover, transformar a mentalidade (n. 176), incorporar valores (n. 230), apreciar (n. 248), cuidar dos sinais (n. 254), insistir na educação católica (n. 275), educar (n. 294), etc. Não é por acaso que a definição de cultura que codifica o culturalismo expressa-se no documento como "o cultivo e expressão de todo o humano em relação amorosa com a natureza e na dimensão comunitária dos povos" (n. 228). Uma definição genérica e completamen-

te descontextualizada que não levará a lugar nenhum, a não ser a uma imposição de fora de verdades etnocêntricas.

## **OS CAMPOS PRIVILEGIADOS DA CULTURA**

As conclusões de Santo Domingo referem-se a múltiplos contextos culturais nos quais a evangelização deverá se situar.

A América Latina e o Caribe são considerados um continente multiétnico e multicultural em que emergem visivelmente, de um lado, as culturas indígenas, afro-americanas e mestiças (?) (mais comumente constituídas pelas culturas populares) e, do outro, marcadas pela cultura ocidental, a cultura da modernidade e da pós-modernidade.

Todo primeiro arco cultural tem suas individualidades e identidades, mas conflui, segundo o texto da Conferência, para uma unidade, a partir da identidade católica (n. 244). O problema é saber, mais uma vez, como o catolicismo possa ser o critério unificador do diferente.

Consideradas em suas especificidades, as múltiplas culturas são genericamente caracterizadas da seguinte maneira:

“Os povos indígenas de hoje cultivam valores humanos de grande significação” (n. 245). “As culturas afro-americanas, presentes na América Latina e no Caribe, estão

marcadas por uma constante resistência à escravidão (...) e tem também nas suas culturas valores humanos que expressam a presença de Deus criador” (n. 246). Na cultura mestiça (?) “está muito vigente a religiosidade popular, como forma inculturada do catolicismo” (n. 247).

Consideradas positivamente à primeira vista, devem ser redirecionadas a partir de uma “inculturação da Igreja” (n. 248), devem ser corrigidas porque nelas “coexistem o descomprimento de deveres cristão (...) e um desconhecimento da doutrina” (n. 247) e devem ser purificadas “de suas possíveis limitações e desvios” (n. 36) porque “apesar de seus imensos valores, não estão purificadas de elementos alheios à autêntica fé cristã” (n. 39). Todas estas culturas devem ser julgadas segundo critérios fundamentais que são “a sintonia com as exigências objetivas da fé e a abertura à comunhão com a Igreja universal” (n. 230).

Na perspectiva de uma teologia da evangelização marcadamente eclesiocêntrica, sobra pouco espaço para a defesa destas identidades culturais e étnicas.

Quando, porém, sobressai uma teologia que tem como fundamento, método e fim da evangelização o mistério Trinitário, então a Igreja não inventa a evangelização, mas se coloca profundamente a serviço e à escuta do amor de Deus, Uno e Trino, que se revela nas suas insondáveis manifestações e que an-

tecipa a ação do evangelizador. A mesma Igreja torna-se evangelizada na medida em que percebe-se imbuída pelo amor de Deus. Ela não abala a ação do Espírito, mas, como semente (LG5) e sacramento (LG, 1, 9, 49), contém, revela e está a serviço do Reino.

No momento atual, a Igreja deverá muito mais descobrir e estar atenta à grande utopia e à resistência destes povos que, mesmo de maneira fragmentada e latente, carregam o projeto libertador e o grito de uma nova sociedade. De um ponto de vista cristão, estes povos encontram-se grávidos de "sementes do Verbo", vivem "os valores evangélicos" e carregam a utopia histórica do Reino, sinal do Reino definitivo.

Mas, por causa também da manipulação da cultura dominante, estes povos são vítimas da exploração, da violência simbólica e da expropriação cultural.

Uma Igreja solidária e dialogante deverá "apoiar a defesa de sua identidade e contribuirá em superar a mentalidade e a práxis do desenvolvimento induzido do exterior, em favor do autodesenvolvimento" (n. 251).

O texto de Santo Domingo continua possibilitando leituras diferenciadas a respeito da análise e das respostas evangelizadoras com relação à pluralidade dos mundos culturais. Pelas diferentes teologias e pelas diferentes aproximações suspeitamos que, ao longo dos

próximos anos, motivará também práticas pastorais diferenciadas. Todos, certamente, começarão a usar terminologias como: inculturação, evangelização das culturas, mas com significações completamente antagônicas.

Com relação à cultura moderna e pós-moderna, após uma clara caracterização nos nn. 252, 253 e 255, falta uma contextualização no contexto Latino-Americano. Os elementos da cultura moderna, vistos como positivos e negativos ao mesmo tempo, revelam um acentuado antropocentrismo, a absolutização da razão, o domínio da natureza, a dimensão histórica e o esvaziamento ou a individualização da dimensão religiosa. Os elementos pós-modernos se constituem como "crítica ao reducionismo da razão moderna" e como emergência da transcendentalidade. Poderiam também ser acrescentados a emergência da sensibilidade e das emoções, a busca do exotérico e do misticismo... o respeito da natureza, etc.

Falta entender como, no contexto Latino-Americano e Caribenho, estas culturas encontram-se condicionadas por modelos sócio-econômicos extremamente individualizadores e particularizadores que aceleram os processos subjetivos e individualistas. A nova evangelização deverá dar conta, também, destes modelos sócio-econômicos que aceleram o "salve-se quem puder" e são negadores de uma ética solidária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem ter tido a pretensão de esgotar o assunto, estas breves considerações sobre o Documento final de Santo Domingo pretendem somente contribuir para um debate com relação às múltiplas visões de sociedade, de cultura e de evangelização contempladas no texto.

Percebe-se que são reveladas uma pluralidade de visões, perspectivas e atuações pastorais. É um Documento complexo propriamente pela convergência de múltiplas interpretações e sugestões.

Tudo isso pode significar uma riqueza de abordagens que pretende dar conta da complexidade Latino-Americana. Pode apresentar uma tensão frutífera na perspectiva pastoral, do momento porém que ninguém tenha a pretensão e se arrogue o direito de ter a melhor fórmula.

Desconfiamos das imposições pastorais a partir da maior verdade porque alguém pode-se atribuir maior poder em nome do Evangelho.

As considerações, esboçadas nestas indagações, sugerem uma reflexão ulterior sobre o processo de evangelização em suas dimensões pessoal, comunitária, sócio-histórica e escatológica. O Discurso Inau-

gural do Papa João Paulo II solicita uma "mudança de mentalidade, de comportamentos e de estruturas" (n. 15, D.I.). O problema é como articular estes elementos sem cair no subjetivismo, no comunitarismo, no eticismo social ou no escatologismo. Isto já sugere um novo estudo que, certamente, outros irão fazer.

*QUESTÕES para ajudar a leitura individual do texto ou o debate em comunidade:*

*1. Santo Domingo se insere num contexto de uma Igreja que se centraliza sobre si mesma. Que sinais deste contexto você pode perceber em sua diocese ou mesmo na Congregação em que está?*

*2. A América Latina e o Caribe são considerados pelo Documento de Santo Domingo como um continente multiétnico e pluricultural onde a unidade buscada deve se dar ao redor da identidade católica. Você acha isto possível?*

*3. Uma teologia que tem por fundamento, método e fim da evangelização o mistério trinitário, leva a perceber no real as insondáveis manifestações da Trindade, e que antecipam a ação do evangelizador. Você e sua comunidade procuram discernir esses sinais da Trindade no lugar, nas pessoas, na cultura onde se inserem? Quais são esses sinais?*

## NOTA

(\*) A respeito dos textos preparatórios: **Dois Documentos de Consulta:** a) Primeira aproximação à realidade do

Continente Latino-Americano. b) Primeira redação do Documento de Consulta. **Instrumento Preparatório:** Elementos pa-

ra uma reflexão pastoral em preparação à IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (São Paulo, Loyola, 1990). Depois que o Papa delimitou o tema, sai um outro texto com o título de: Documento de Consulta: Nova Evangelização, Promoção humana e cultura cristã. (São Paulo, Paulinas, 1991). O texto abandona o esquema clássico do: Ver, Julgar e Agir. Uma "Primeira Rela-

ção" (Bogotá, Celam, 1992) foi enviada aos secretários das Conferências Episcopais. Uma "Segunda Relação" (Bogotá, Celam, 1992) é uma síntese feita a partir das contribuições das 18 Conferências episcopais da América Latina. O Documento de Trabalho (São Paulo, Loyola, 1992) que deveria ser o texto base para a Conferência, foi abandonado. □

---

## Jesus Cristo, plenitude da revelação

Deus, após ter falado, antigamente, de muitas maneiras pelos profetas, fala agora, de forma definitiva, por seu próprio Filho, herdeiro de todas as coisas e resplendor da glória do Pai, que veio revelar o coração de Deus. Cristo tem em tudo a primazia e nele habita corporalmente a plenitude da divindade. Ele é também quem dá novo sentido à existência humana e resposta às grandes questões da vida. Em Jesus, Verbo encarnado na história humana, se realiza plenamente o plano salvífico do Pai. *Documentos da CNBB, 45: Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 39-40.*

## O Reino anunciado aos pobres

O Reino de Deus constitui ponto fundamental da pregação e ação de Jesus. Ele anuncia o Reino de Deus, contempla-o já presente e trabalha pela sua plena e total realização. Este Reino estabelece um novo relacionamento filial dos homens com o Pai e relacionamento fraterno com os outros. Jesus foi evangelizador de todos. Para isso, aproximou-se particularmente dos mais necessitados, já que viera para anunciar a Boa Nova aos pobres e marginalizados. A opção da Igreja deve ser a mesma que a de Cristo: uma opção preferencial pelos pobres no intuito de sua integral libertação, como forma especial do primado da caridade cristã. Esta opção não é passageira e circunstancial, mas constitutiva de sua missão. O Reino de Deus diz respeito às pessoas, às estruturas, à sociedade, ao mundo inteiro. Trabalhar pelo Reino significa reconhecer e favorecer o dinamismo divino que está presente na história humana e a transforma. Construir o Reino significa trabalhar na libertação do mal, sob todas as formas. *Documentos da CNBB, 45: Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 41-43.*

# SANTO DOMINGO E A RECONCILIAÇÃO

*A reconciliação, que ultrapassa  
a superficialidade de um cumprimento civilizado,  
significa uma cruz para aqueles que  
entraram em conflitos,  
ficaram ofendidos e, praticamente, se separaram.*

**Frei Bernardino Leers, OFM**  
Divinópolis, MG

Reconciliação é uma palavra-chave de leitura do Documento de Santo Domingo. Na lógica do Pai-Nosso, é graças a ela que se superam antigas e novas discórdias, se dará o perdão mútuo aos antigos e novos agravos, eliminar-se-ão antigas e novas ofensas, se restaurará a paz (M 46) (01).

## 1. Teoria e prática

A teoria. Somente umas frases. Para ser evangelizadora, a Igreja deve começar por se mostrar ela mesma evangelizada, praticando a Boa nova que anuncia. Para ser reconciliadora, deve começar por ser uma Igreja reconciliada em seu interior, em que os ânimos são apaziguados, moderadas as tensões, superadas as divisões, sanadas as feridas infligidas entre irmãos e irmãs. Para garantir sua função de

sacramento de reconciliação no mundo, a comunidade eclesial há de praticar a caridade, o perdão recíproco e o crescimento no espírito de fraternidade e de paz (EN 13; RP 9-12).

A prática. Uma história humana qualquer. Uma dona amargurada da vida. Marido bebe demais. Zona. Ela já pegou doença três vezes. Apanha. Os quatro filhos pequenos, também. Nas santas Missões ele foi confessar. O que adianta, meu Deus. Tudo continua do mesmo jeito. Quer separar. Mas os filhos? Não posso trabalhar fora. Onde os filhos vão ficar? Não tem creche. Emprego bom é difícil demais. Marido nem quer saber. Não posso sair de casa. Dá briga e mais briga. Não agüenta mais.

Reconciliação provoca imagens idílicas de dois irmãos que choran-

do se abraçam ou um casal que, depois de uma briga feia, se beijam, jurando de novo um ao outro um amor eterno. Serve para dar um fim feliz a um filme romântico. Mas tanto no plano pequeno de uma família ou comunidade religiosa, quanto no plano de classes sociais ou etnias e religiões diferentes, a reconciliação lembra cada vez de novo a cruz em que Jesus se sacrificou para nos reconciliar com Deus.

Na realidade, a reconciliação que ultrapassa a superficialidade de um cumprimento civilizado ou um abraço de paz dado a um desconhecido significa uma cruz a carregar para aqueles que entraram em conflitos, ficaram ofendidos e praticamente se separaram. A missão cristã é clara, mas seu cumprimento uma cruz, a fim de se aproximarem de novo, chegarem a uma convivência fraterna que merece este nome, restaurarem a mútua confiança e colaborarem lealmente na tarefa comum de construir o Reino de Deus.

## **2. A realidade dos conflitos**

A idéia de usar a experiência dos discípulos de Emaús como protótipo da experiência dos evangelizadores de hoje é inspiradora (M 13-27). Iniciado com uma confissão de fé em Cristo Jesus e na Igreja, o Documento de Santo Domingo parece interromper o já tradicional método pastoral de ver — julgar — agir. Mas basta se interrogar, por qual motivo os discípulos de Emaús estão desconcertados e

tristes e transferir a história para a atualidade da América Latina e todo um quadro desolador emerge de violência, injustiça, corrupção, pobreza, miséria e sofrimento humanos, que recebem formas mais precisas nos desafios pastorais, espalhados pelo documento final. Eles constituem um mosaico incompleto e pouco estruturado talvez, mas mostram a sensibilidade experimentada dos participantes latino-americanos da Conferência de Santo Domingo para com a realidade local.

Sensibilidade há também pelos conflitos e discórdias na América Latina dentro da comunidade eclesial que obstaculizam a nova evangelização e esvaziam o ardor que anima o coração, atrapalham a promoção humana e inflacionam a já precária qualidade de vida de milhões de pessoas. Contra os fermentos de divisão muito ativos na terra americana, a nova evangelização oferece ao programa político da Pátria Grande quatro elementos necessários: reconciliação, solidariedade, integração e comunhão (M 45). No próprio contexto aparece a realidade que motiva a oferta: discórdias, ofensas, injustiças, peso insuportável nas costas de muitos, barreiras de divisão, discriminações, indiferenças recíprocas.

Mais discretamente são mencionados as tensões, divisões e conflitos dentro da Igreja, de que a história da Conferência de Santo Domingo forneceu bastante material (SD 68; 92). A falta de paz não é somente problema crucial

nas relações entre ricos e pobres, poderosos e sem voz na sociedade. Também na comunidade eclesial, gasta-se energia demais com oposições, discórdias, atropelos mútuos e perseguições, enquanto o mundo está em chamas e a humanidade sofrendo na própria carne a desordem e a insegurança existencial. Colegialidade, unidade e comunhão fraterna são bandeiras lindas. Mas a realidade leva a marca do paraíso perdido.

Dentro e fora da Igreja a reconciliação e a pacificação dos espíritos se impõem com toda força. Por este caminho ideal cristão, mas humanamente mui difícil a comunidade eclesial há de vencer as próprias ondas de suspeitas e divisões internas, a fim de gastar sua energia com maior eficiência na evangelização do mundo e suas culturas. A oração de Jesus ao Pai, para que sejam um como nós e perfeitos na unidade, permanece uma fonte de graça (Jo 17, 11, 23). Mas sua realização histórica exige a paciência de Jó e um esforço comum e sincero de seus discípulos de hoje. A paz para um evangelizar mais penetrante não será feita por mais um código de normas, senão pela reconciliação dos irmãos em Cristo, agentes dos conflitos e contendas e envolvidos nas divisões e separações presentes no pátio interno da Igreja.

### **3. Variações que não deleitam**

A experiência humana conhece muitas formas de conflitos, agravos e ofensas que poluem a atmosfera

da vida comunitária. O gesto de Crutshov, batendo com seu sapato na mesa em plena reunião da ONU não se repetirá facilmente. Mas bater de raiva com o punho na mesa já vem mais perto e é melhor do que bater o outro na face, como aconteceu com Jesus. Xingar e torpedear o outro, eventualmente nas costas, são práxis humanas, como também acusações pesadas e ofensivas, trocadas em público ou sem que o outro tenha condições de se explicar ou defender. Como o amor e a simpatia permitem mil maneiras de se externar, também a raiva, a agressividade, a aversão, o ódio criam uma grande variação de formas que perturbam a paz, afastam pessoas e provocam às vezes reações veementes e separações. No fundo é sempre o arquétipo da mancha de Abel por Caim que volta, sem garantia, porém, da inocência da vítima.

Gente civilizada que passou por muita educação e escola, que tem status e é diplomática ou medrosa no trato público, talvez não use palavrão, não xingue, não levante a voz, mas tem seu jeito de envenenar as relações humanas. O método é mais fino, mais delicado. O outro virou ar, deixou de existir, é ignorado, marginalizado, até sem explicação; como se tivesse uma doença gravemente contagiosa, conseqüentemente há de ser evitado, mesmo se o termo jurídico de "evitando" não seja lembrado. O altar sempre foi lugar de fofocas e fútricas de que as vítimas são as últimas a saber.

Conflitos entre homens costumam ser diferentes de conflitos entre mulheres. Homem usa espada, mulher alfinete. As variações são legião. O efeito é o mesmo: polêmica, afastamento, separação, desconfiança, marginalização, humilhação, má vontade, ofensa, que distanciam pessoas do mesmo grupo religioso e dificulta, e muito, a caminhada para o ideal da comunidade fraterna. A história se repete. Desde Caim e Abel a convivência religiosa não garante a paz e a boa harmonia aos filhos e filhas de Adão e Eva, apesar de sua consagração oficial a Deus e à comunidade eclesial. O espírito está pronto, a carne é fraca (Mt 26,41).

Um antigo adágio lembra que, onde dois cachorros brigam por um osso, o terceiro o leva embora. Os animais racionais, — assim reza uma clássica conceituação do ser humano —, complicam esta simplicidade. De fato acontece, que depois de certo tempo de conflito, tensão e distanciamento ninguém mais se lembra bem como e porque começou a briga. O osso original sumiu. Mais intrigante é a extensão do conflito. Cada um procura seus simpatizantes e admiradores de apoio, promove suas criaturas, para ocupar os pontos-chave na comunidade e aumentar a área de seu poder e a faixa de sua influência. Como numa briga de casal, logo os familiares e amigos de cada lado formam fã-clubes, trazendo munição ou panos quentes, também na comunidade eclesial o mesmo processo costuma começar: Eu

estou com Paulo, eu estou com Pedro, eu com Apolo.

A separação e a polêmica se espalham como óleo sobre água, os partidos se formam e não se encontram mais nem se escutam mais, cada um seguindo seu caminho, suas idéias e seus métodos. Eventuais diálogos arriscam ser apenas monólogos a dois, em que cada um entende o outro conforme o próprio esquema mental e se confirma na própria posição. Diante da imprensa elogiam-se a união e a fraternidade, cortinas que fecham o teatro real no palco da vida. Nas condições humanas, talvez não seja tão difícil escutar os outros. Difícil é entender os outros dentro da história e esquema mental deles e se tornar sensível aos argumentos e razões deles, em vez de usar o discurso diferente deles apenas para fortalecer suas próprias posições. Abertura e elasticidade mental são virtudes difíceis.

Desmantelar tais processos que por todo lado marcam a história atual da Igreja, desarmar os espíritos e pacificar as pequenas guerras frias são tanto necessários, quanto difíceis. Onde apesar das oposições e conflitos evidentes todos têm certeza de ter razão, a escolha é entre o paralelismo de cada um para seu lado ou a coexistência das trincheiras em redor de uma terra de ninguém. Se um tem certeza absoluta, o outro ao máximo está errado, é heterodoxo e precisa se converter. Se a tese tem apoio da autoridade, o peso do poder dá mais gás ao motor do

conflito, embora cresça o risco da clandestinidade.

Em muitos conflitos o nível e status dos envolvidos são desiguais. Qualquer sociedade civil, eclesiástica ou religiosa conhece sua autoridade, sua hierarquia que complicam o desenvolvimento das desavenças e da reconciliação. Nas colisões interpessoais e sociais costumam entrar os fatores da verdade, justiça e razão ou bom senso. Numa relação hierárquica, também a autoridade e a obediência, o poder de barganha e a submissão ou entrega desempenham seu papel, se fosse apenas porque a autoridade traz a espada (Rm 13, 4b). O poder tem suas próprias tentações de se impor, eliminar qualquer obstáculo e quebrar qualquer resistência externa, passando por cima da procura da verdade e da justiça. O trator que derruba as barracas de pobres é simbólico; a história das ditaduras também. Quanto mais uma pessoa se identifica com a autoridade instituída, tanto maior é o risco de abusar de sua posição, impor pontos de vista pessoais e silenciar a voz dos dissidentes e desafetos com todos os meios do poder. Que fale Soljenitsin e seu Arquipélago Gulag.

Se as discussões fossem apenas acadêmicas e de ordem racional, a continuação do estudo e o aprofundamento do tema em comum seria o caminho indicado. O problema é, que muitas vezes outros elementos se misturam nos conflitos: a autoridade que se quer manter e impor, a sensibilidade pela carga

de agravos e ofensas já feitas e a nuvem de suspeitas e desconfianças já criada. Pior ainda é, que no ambiente da religião a segurança existencial entra em jogo. Pelo posicionamento diferente, contrário ao outro, o medo e a incerteza começam a corroer como ratos à paz interna, a certeza de estar no bom caminho da salvação. Não é por nada, que guerras em que entram diferenças religiosas costumam ser tão cruéis e desumanas. A ex-Iugoslávia e a Índia estão ao lado da nossa porta.

No ambiente eclesiástico a queima de judas ainda existe; não mais a de hereges e bruxas dos tempos idos. Atrás da preocupação com fórmulas, normas e obediência pode estar um grande zelo. Mas na práxis de Jesus, guardada pelos evangelhos, transparece maior preocupação com a libertação das pessoas que sofrem e, dentro de suas limitações, talvez fracassadas na vida, precisam de luz, consolação, solidariedade fraterna e amor do Bom Samaritano. Ele não quebra o caniço rachado nem apaga a mecha que ainda fumega (Is 42,3; Mt 12,20). É lá que nasce a esperança das nações.

As raízes de conflitos, discórdias e partidarismo conhecem uma variação sem fim. No plano interpessoal há incompatibilidade de caracteres, medo, sentimento de culpa, ofensas, passar vergonha, tomada de decisões mal explicadas ou mal recebidas, nomeações e transferências que provocam má vontade e forte resistência. De um lado as

bandeiras civis de liberdade e democracia não param diante das portas da vida consagrada e eclesial, doutro as vozes da autoridade legítima vão se multiplicando em documentos, decretos, orientações e discursos que, mesmo com boa vontade, dificilmente se deixam absorver todos. Muitos documentos são compromissos, de modo que suas leituras levam a interpretações e preferências diferentes e até opostas.

Atualmente na Igreja o campo dos motivos transcende, muitas vezes, a relação entre duas ou poucas pessoas e encontra seu alimento em discussões sérias de ordem teológica, moral cristã, táticas e planos pastorais. Não custa esforço listar dez assuntos da teologia que imediatamente provocam dissidências de idéias e atitudes práticas opostas nas comunidades católicas. Parcialmente tais divisões são a consequência da diversidade de ritmo em que indivíduos e grupos tomam conhecimento das novidades e integram novas atitudes em seu estilo de viver tradicional. Numa época de mudanças rápidas e fácil acesso a todo tipo de informações mundiais, atritos constantes entre tradição e criatividade são compreensíveis e tornam a posição da autoridade, muitas vezes, bem incômoda. Conservadorismo e progressismo são instrumentos mui primitivos para entender a esfera de conflitos na Igreja atual, mas possuem assim mesmo uma força sugestiva.

#### 4. O poder da reconciliação

A missão reconciliadora e, com isso, o poder de reconciliar são tarefa e poder de toda a Igreja. Seguindo o exemplo de Jesus e participando de sua missão, os discípulos hão de traduzir a caridade que lhes foi derramada no coração em atos sempre novos de conversão e reconciliação no interior e no exterior da Igreja, com a superação das tensões, com o perdão recíproco e com o crescimento do espírito de fraternidade e de paz, que tem de ser propagado no mundo inteiro (RP 12; Rm 5,5).

No entanto, cedo na história da teologia moral, o serviço da reconciliação que Jesus começou e confiou à sua Igreja sofreu um processo de redução, concentrando a atenção no ministério sacramental da penitência. Sucessores dos Livros Penitenciais medievais, os manuais pós-tridentinos dedicavam páginas e páginas à formação dos confesores, — uma necessidade pastoral premente —, enquanto a correção fraterna merecia pouco espaço e a doutrina social pouco aproveitava da riqueza da reconciliação, pela qual Cristo reconciliará plenamente a criação inteira, tudo será dele e Deus será tudo em todos (M 14; 1 Cr 15,20-28; 2 Pr 3,13). No senso católico confissão e penitência ficavam como fixadas. A prática da reconciliação não se enquadrava bem no contexto do histórico catolicismo guerreiro e da apolo-gética agressiva.

Na práxis de Jesus, confissão e penitência quase submergem na comunicação do perdão, da reconciliação e da nova paz, na busca da ovelha perdida, na alegria da dracma encontrada, na promessa dada ao bom ladrão durante a agonia na cruz. O fato de Jesus não pedir uma confissão facilmente encontra apoio na convicção judaico-cristã de que Deus sabe os nossos pensamentos antes que nascem e conhece a palavra inteira antes de chegar à nossa língua (cf. S. 139,1-4). Que seja. Também ao seu perdão radical e completo, Jesus nunca liga uma penitência, mas "toma tua cama e vai para casa", "não peques mais", "tua fé te salvou; vai em paz" (Mt 9,6; Jo 8,11; Lc 7,50).

A luz que ilumina o espaço da Nova Aliança é a reconciliação de que Cristo é mediador pelo seu sangue. A tendência de confinar a história de Jesus dentro das categorias de comportamento aceitável é muito humana, mas Jesus transcende os limites comuns da vida peregrina por este mundo (02). A maneira de Jesus atrair e tratar pecadores e publicanos, sacrificando sua vida na cruz e cravando nela a prova de nossas dívidas, ultrapassa longamente o que se espera razoavelmente das tentativas humanas de reconciliação (Cl 2,13-15).

Nas comunidades cristãs do primeiro século as indicações não faltam da riqueza da prática da reconciliação. Implícita nas mensagens sobre o amor fraterno e a unidade, ganha volume nos vários tex-

tos paranéticos sobre o perdão mútuo (Ef 4,30-32; Cl 3,12-15). A carta de Tiago fala até de confessar uns aos outros vossos pecados; o esforço de reconduzir o outro à verdade cobrirá uma multidão de pecados (Tg 5,16-20). No evangelho de Mateus encontra-se um processo progressivo de reconciliação que começa com uma conversa particular, para terminar diante do foro da assembléia eclesial (Mt 18,15-17a). Mesmo quando São Paulo fala do ministério da reconciliação que "nos" foi confiado, vindo de Deus que nos reconciliou consigo por Cristo, este ministério possui a amplitude de todas as formas de perdão e vida nova entre os irmãos, pelas quais Deus reconcilia o mundo consigo (2 Cr 5, 18-21). Também a oração do Pai Nosso põe todo o peso sobre a prática do perdão e da reconciliação entre as pessoas, a qual evidentemente não fica sem efeito da parte de Deus, rico em misericórdia (Mt 6,12; Ef 2,4). Enquanto podem, os discípulos seguem o exemplo de Jesus (cf. SD 5, 10, 13, 32, 87, 160).

## 5. Reconciliação e reconciliação

A reconciliação entre as partes humanas conflitantes é graça de Deus e trabalho dos seres humanos. O profeta Ezequiel expressou esta colaboração incipiente em duas frases semelhantes: "Dar-vos-ei um coração novo, porei em vosso íntimo um espírito novo", e: "formai um coração novo e um espírito novo" (Ez 36,26; 18,31). No con-

texto do seguimento de Jesus importa ver as diferenças que há entre a práxis da reconciliação de Deus, de Jesus, e a reconciliação entre as pessoas e grupos divididos, adversários.

### 5.1. *Reconciliação de Deus*

Sem dúvida, perdão de Deus supõe, que os pecadores voltem de suas infidelidades, dos caminhos da independência imaginária e falsa autonomia. Mas é Deus quem os convida, insiste com eles, tenta reduzi-los, persegue-os em seu amor fiel. Manifestação humana de Deus, Jesus começa sua missão, pregando a mensagem que Marcos sintetizou: "Converti-vos e crede no Evangelho" (Mc 1,15). Ele mesmo nunca precisou pedir perdão a ninguém nem se converter. Sua irradiação de amor e bondade simbolizada pelo coração aberto na hora da morte na cruz, nunca foi interrompida. Só a inocência de Deus é capaz de projetar a libertação das culpas de seus filhos e estendê-la sobre toda a criação que sofre e geme no cativeiro da corrupção (Rm 8,19-21; Cl 1,13-20).

A carta aos hebreus dá um conteúdo histórico à plenitude do homem que é Cristo Jesus (Hb 4,15; SD 231). "Não temos um sumo sacerdote incapaz de se compadecer de nossas fraquezas, pois ele mesmo foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado." As desilusões e tentações, o sofrimento, a paixão e morte na cruz de Jesus, os evangelhos e cartas da Nova Aliança dão amplo testemunho

das experiências humanas daquele que "assumiu a condição de servo e, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até à morte, e morte de cruz" (Fl 2,7s). A chave está na exceção do pecado. Ninguém podia acusar Jesus de pecado, de uma infidelidade a Deus (Jo 8,46). Sumo sacerdote, ele é santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores, que entrou no santuário, sem necessidade de oferecer sacrifícios expiatórios primeiramente por seus pecados (Hb 7,26s).

Apesar da morte humilhante de seu Filho na cruz, Deus não quer vingança, mas fez brilhar o seu amor conosco. Por esta morte, fomos reconciliados com Deus e foi destruído aquele que possuía o império da morte, isto é o demônio (Rm 5,8-10; Hb 2,14). Deus não quer a morte do pecador, mas que ele se converta e tenha a vida (Sb 1,13; Ez 18,32). Jesus em sua vida e morte e o Espírito Santo em sua vinda são os sinais de que o rio da bondade e misericórdia de Deus que desde a criação passa pelo mundo e pela história humana nunca seca e não mostrou ainda, conforme a esperança cristã, toda a sua riqueza.

Se Deus perdoa, não se lembra mais os pecados e não guarda raiua de modo que o pecador comece realmente vida nova, livre e limpa. Deus nunca mais volta ao assunto, senão para mostrar a persistência de seu amor e bem-fazer ao seu povo. O imaginário popular talvez trabalhe com um São

Pedro que espera os mortos na portaria do céu com um livro gigantesco de contabilidade em que constam todos os méritos e todos os pecados de cada um nominalmente, para calcular, se sobra crédito. No entanto, Ezequiel, rei de Judá, cantou: tu, Senhor, lançastes atrás de ti todos os meus pecados (Is 38,17). E Deus não olha para trás. Ele apaga o passado da infidelidade, como o professor apaga o quadro na sala de aula. "Não me lembrarei mais dos seus pecados, nem das suas iniquidades", Ele declara (Jr 31,34; Hb 8,12; 10,17). Da parte de Deus o perdão é perfeito e total, sem deixar rasto do pecado. Ele re-mete o pecado, manda-o embora em vez de guardá-lo, registrado na memória. Reconciliação de Deus é libertação total e novidade de vida.

A carta aos hebreus apresenta Jesus no papel de Sumo Sacerdote. Não se precisa da fantasia artística de Rembrandt, o pintor, para se imaginar o status, a excelência e o poder desta figura da tradição judaica antiga. Seu sacrifício reconciliador, Jesus não o realizou com toda pompa ritual no Templo, mas fora da cidade numa cruz, pisado como um verme. Longe de procurar a própria glória, sua convivência é com os pobres, publicanos, pecadores, os pequenos deste mundo (Jo 8,50; Mt 10,42; 18,10 etc.). Ele mesmo se chama manso e humilde de coração; veio para servir e entregar sua vida como preço de resgate para muitos (Mt 11,29; Mc 10,45).

Protesta, quando o jovem rico o chama de bom mestre (Mt 19,17).

Por dentro destas atitudes, Jesus revela o seu mistério de extremada humildade. Desde sua encarnação até sua morte crucificado, seu despojamento é total e escapa à compreensão humana (Fl 2,7). Para libertar criaturas infiéis, o Filho de Deus desce até à baixeza e perversidade dos pecadores e vai atrás das ovelhas perdidas no deserto da morte. Este aniquilamento marca profundamente nossa reconciliação com o Pai, que seu Filho se fez escravo e, sendo rico, se fez pobre, para que nós, pobres, por sua pobreza ficássemos ricos (2 Cr 8,9). No centro da reconciliação está a humildade-mistério de Cristo Jesus.

## 5.2. *A reconciliação inter-humana*

Como seres humanos, homens e mulheres são iguais ao homem Jesus. Mas até hoje Jesus pode repetir-lhes o convite: "Quem dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar uma pedra no outro!" (Jo 8,7). Ao contrário de Jesus, todos somos pecadores que, em qualquer culto a Deus, precisamos pedir perdão e piedade ao Cordeiro que tira o pecado do mundo (Jo 1,29). Quanto mais o poder de Deus se manifesta, tanto mais os discípulos do Senhor sentem o que Pedro formulou na pesca milagrosa: "Afasta-se de mim, Senhor, porque sou um pecador" (Lc 5,8). Expressão encarnada do amor de Deus para com suas cria-

turas, Jesus perdoa, até sem o aleijado pedir, e pede perdão ao Pai, porque não sabemos o que estamos fazendo (Lc 5,20; 23,34). Nas situações comuns de conflito humano, é diferente, pois os participantes e adversários são pecadores que cometem erros e pecados, negligências e omissões, têm suas limitações, seu orgulho, seus mecanismos de auto-defesa, sua agressividade. Que o povo diz, que o caminho para o inferno está calçado com boas intenções, funciona como um aviso.

A diferença entre Jesus e seus discípulos tem sua repercussão real no processo da reconciliação. Em sua liberalidade Deus nos reconcilia consigo mais do que setenta vezes sete, mas não tem culpa na história de nossa infidelidade. Jesus vai atrás da ovelha perdida, mas a perdição é da exclusiva responsabilidade da ovelha. Também neste ponto o mistério de Deus transcende a fraqueza humana, porque o pecador se afasta de Deus, mas Deus não se afasta do pecador e Jesus dá a sua vida para trazê-lo de volta. Em momentos trágicos da vida, a criatura humana é capaz de blasfemar e acusar a Deus de sua miséria, mas seu grito, ressoando no ar, não atinge a Deus.

Quando o dever da reconciliação se apresenta na história demasiadamente humana, a sabedoria popular lembra que, onde dois brigam, dois têm culpa. Mas é uma das características comuns de qualquer conflito humano, que o outro

é o acusado; o outro errou; o outro tem culpa. O acusador se veste da inocência de um cordeirinho, bailando no pasto verde da primavera, ou manipula a espada da lei, do código, como o Inquisidor Morde Dostojevski, com medo de perder sua autoridade. Com razão Jesus observou, que é bem fácil ver o cisco no olho de seu irmão do que a trave em seu próprio olho (Mt 7,3-5).

A reconciliação que Deus nos proporciona cada vez de novo é a oferta de um amor inocente que nunca mudou de direção na história da salvação, até crescer em suas manifestações, culminando no Verbo encarnado e na ação do Espírito Santo (cfr. Rm 5,20; Jo 16, 4b-15 etc.). Nos conflitos e discórdias humanos, a inocência não costuma resistir a um exame mais apurado nem a pureza das intenções ou motivos passar por peneira mais fina. Com a sensibilidade de judeu, um psicanalista inglês leu a narração bíblica de Abel e Caim e questionou a inocência de Abel. Por quê os dois não combinam? Por quê Abel não toma a iniciativa de consolar, apoiar ou ajudar seu irmão desiludido, triste, com raiva? Jáve conversa duas vezes com Caim, mas Abel não dá uma palavra sequer. Conflitos sérios costumam ter longa pré-história, erros, mal-entendidos, táticas erradas dos dois lados e não se deixam explicar com o simples esquema de branco : preto.

Se pessoas humanas se perdoam, o processo não conhece a perfeição

de Deus, embora seja essa o ideal (Mt 5,48). Nos conflitos, especialmente quando envolvem as sensibilidades e a auto-estima das pessoas, elas saem facilmente ressentidas e a palavra "perdão" costuma possuir pouca força de se tornar verdade imediatamente. Humilhações, ofensas, agravos, marginalização, esfera de suspeitas, fofocas e tudo o que machuca o outro, deixam marcas, feridas que talvez dêem intoxicação afetiva, cicatrizes que por qualquer movimento talvez se abram. A condição humana é essa. Mesmo se o esforço da reconciliação de ambas as partes é sincero e vem do coração no sentido bíblico, o esfriamento das relações acontece, o processo da restauração da paz exige tempo, talvez para sempre a ruptura não cole bem e deixe sinal. O enterro do passado que cheira mal e perturba a abertura para com o outro é missão cristã, mas tarefa difícil humana.

O espírito humano de vingança que os judeus tentaram frear pelo princípio "olho por olho e dente por dente" não desapareceu pelo batismo cristão e resiste à palavra e à práxis de Jesus (Mt 5,38-42). À exortação de não pagar a ninguém o mal com o mal, São Paulo acrescenta prudentemente: "procurando, se possível, viver em paz com todos, por quanto de vós depende" (Rm 12,17-21). Fácil é o conselho ao outro: Esqueça. Nas relações humanas a memória é fator importante que seletivamente guarda coisas boas e coisas más e

não se deixa destruir, como no computador é possível, com um simples toque de dedo. Muitas vezes a lenta reciclagem do lixo da memória atrapalha a restauração da paz e deixa a reconciliação incompleta. O amor cobre uma multidão de pecados (1 Pd 4,8). Mas o cultivo do amor é o problema central do conflito e da divisão. Às vezes, só a separação é o caminho de encontrar certa paz, cada um para seu lado.

Um fator que complica a reconciliação é a verticalidade de relacionamento entre as partes em conflito. Nas organizações hierárquicas, além da procura sincera da verdade em comum e justiça mútua, entra muitas vezes o esquema da autoridade e da obediência, ambas praticadas por atores bem humanos. A autoridade quer ordem, alinhamento e disciplina, usa a arma do bem comum e se sente tentada a impor censura e silêncio e marginalizar os dissidentes, enquanto a outra parte quer liberdade, espaço para trabalhar, participação ativa e abertura (03). Em tais situações, a humildade de Jesus é quase irritante para o orgulho, o medo, a desconfiança e a insinceridade tão humanos. E até hoje vale a sabedoria do velho Gamaliel (AA 6,38-39). Muita vitória foi apenas a raiz da próxima guerra. Muito conflito abafado de cima deixa apenas mágoa e constrangimento. Paz não se faz por decreto.

## 6. Reaproximação recíproca

O processo da reconciliação inter-humana conhece várias etapas dinâmicas de conversão, reaproximação, convergência e consenso básico. Conversão pessoal supõe o movimento de virar as costas para os erros e culpas da ruptura feita e verter-se para o futuro relacional a construir. Em ambiente cristão, participa a dimensão religiosa que faz a pessoa, diante de Deus e por Deus, participar da morte e ressurreição do Senhor Jesus: é um acontecimento pascal que gera vida nova. Visto que o conflito humano tem uma clara dimensão social, a reconciliação também há de evoluir para uma conversa mútua, uma reviravolta sincera e recíproca. Quem se lembrou disso foi o homem adúltero que falou: o problema não é o padre me dar a absolvição; o problema é a mulher se reconciliar comigo. Como ser responsável, moral, cognitivo e afetivo, a pessoa toda procura sair da rede atrapalhada e obstruída de suas relações humanas e começa um trabalho de revitalização e renovação da convivência com os outros.

Convém andar devagar com este andar, porque as pessoas são de barro. Duas possibilidades estão na pista. Uma é instituir um "face a face". No amor esta opção deu certo desde o primeiro encontro entre Adão e Eva. Mas na atmosfera tensa dos conflitos e discórdias, esta tática funciona, às vezes, como dois galos no mesmo galinheiro. Quando se olham, um na

frente do outro, o risco de recomeçar o conflito está presente, velhas feridas se abrem e dificultam uma aproximação serena. A exumação do passado pode levar a novos choques emocionais. Não foi somente a mulher de Ló que experimentou o perigo de olhar para trás. O novo encontro talvez produza a troca de amabilidades formais. Cada um continua com seu ponto de vista, sua decisão tomada e não cede nem muda de rumo. Apenas, ninguém toca em assunto quente; depois cada um volta para sua base e fica onde se posicionou.

Em vez de por-se frente à frente, melhor é olhar lado a lado para o objetivo comum a alcançar, que na comunidade eclesial é o Reino de Deus. Pois, somente um grande ideal comum que empolga, entusiasmo e motiva é capaz de levar as pessoas a transcender seus limites e superar seus erros. Somente um grande projeto que exige a colaboração de todos para não se tornar uma torre de Babel, mas santuário sagrado no Senhor e habitação de Deus, no Espírito, faz esquecer a pequenez humana e provoca a fidelidade de uma dedicação de vida toda (Ef 2,20-22; cf. Ef 4,14-16).

Santo Domingo constata: pela vivência fiel dos conselhos evangélicos, as religiosas e religiosos participam do mistério e da missão de Cristo, irradiam os valores do Reino, glorificam a Deus, animam a própria comunidade eclesial e interpelam a sociedade (SD 85). Este amplo horizonte da luz pascal

que penetra nas trevas do nosso mundo comum ultrapassa a transitoriedade das pessoas, relativiza os conflitos e converge as energias humanas para o ponto Ômega do Apocalipse que nem os místicos chegam a compreender (Ap 21,6).

Enquanto conflitos e contendas costumam estreitar a vista e limitar o campo da percepção a determinadas pessoas e pontos de discórdia, uma visão aberta sobre o espaço larguíssimo das necessidades humanas e desafios pastorais atuais faz com que cristãos não desanimem facilmente, mesmo sentindo-se cercados, perseguidos pelos próprios irmãos, presos como numa cadeia de proibições e barreiras. Se uma porta se fecha, outras se abrem. E a aproximação reconciliadora? Há certos "amores", que somente se mantêm à distância, dando tempo ao tempo para as nuvens de pólvora desaparecerem e a temperatura baixar. Transferência e nomeação para outra área de trabalho pastoral sempre foram praticadas na vida consagrada, embora nem sempre ajudem a restauração da paz interna. Apesar de todo esforço há conflitos humanos de que, acalmados, restam ressentimentos e sensibilidades que ficam perturbando a normalização das relações mútuas.

Em redor de Santo Domingo surgiu um amplo conflito sobre a maneira de comemorar os 500 anos da descoberta, conquista, evangelização da América Latina. Como a conversão e aproximação funcionam nesta história de vida e morte

que passou? As gerações atuais não são cúmplices das crueldades e injustiças, cometidas contra os índios na época colonial e contra os escravos africanos importados e vendidos aqui como se fossem gado. Tampouco elas têm responsabilidade para com a história da Reforma e Contra-Reforma do século XVI ou a dupla moral sexual do século passado.

As aparências enganam. Em sua concretude, uma cultura em que todos são educados e aprendem seu estilo de viver e apreciar os valores, traz em seu bojo as consequências e marcas ambíguas do passado, de que a maioria não se conscientiza, porque se acostumou desde que entrou neste mundo. Índios? Interessam ao progresso e modernização do Brasil? Pretos? O preconceito contra os afro-brasileiros é sutilmente óbvio e humilhante. A dominância tradicional da Igreja católica deixou uma agressividade subliminar contra as outras denominações religiosas e dificulta, até hoje, a convivência ecumênica e pacífica. Da persistência da dupla moral, os sintomas são claros. Na subconsciência coletiva também as sombras do passado sobrevivem e costumam contaminar a imaginação e o comportamento das novas gerações que se vão integrando na cultura atual.

O passado nunca é simplesmente passado. Sua análise serve para clarear a cultura presente e conscientizar-se da necessidade de corrigir avaliações e atitudes que, sob

o manto do catolicismo ou da Igreja, continuam colidindo com o Evangelho. O processo da purificação pessoal e coletiva é permanente, porque o passado marca o presente com as discriminações humilhantes que se incorporaram na convivência atual. As resistências que se observam dentro da Igreja, quando se trata de ecumenismo, da emancipação dos afro-brasileiros ou das mulheres, ou quando o assunto "índios" vai além de uma primeira curiosidade turística, falam uma linguagem clara.

## 7. Libertação a dois

Provavelmente para evitar novas colisões de rota, a bandeira da libertação, tão conhecida na pastoral latino-americana, ficou a meio pau no documento final de Santo Domingo. Sobre a teologia da libertação reina silêncio total, embora se tenha divulgado por todos os continentes em livros e artigos numa variedade de línguas. A palavra-chave agora é reconciliação. Guerra cansa e os prejuízos são grandes. Todavia reconciliação sem libertação é ficção ingênua.

Reconciliação é libertação dupla e mútua nas condições humanas, se quer ser verdadeira, mais do que um abraço e um cafezinho em comum. Secundada pelos dois documentos da Santa Sé, como seus guarda-costas, a libertação duplica seu peso no processo dinâmico da reconciliação inter-humana. De fato, a história lembra, que libertação pode ser de mão única e levar

à solução unilateral da fogueira, da guilhotina, do gulag e dos processos-monstro de expurgo russos, eliminando adversários e desafetos, ou ao menos, tirando-os da circulação e marginalizando-os no silêncio. Mas tais soluções radicais não têm nada com reconciliação inter-humana ou com a paciência de Deus que faz nascer o sol igualmente sobre os maus e os bons e cair a chuva sobre justos e injustos (Mt 5,45).

Na reconciliação humana o movimento é duplo. Os dois em conflito saem de seu lugar, talvez de sua trincheira, em que se defendem, para se reencontrar desarmados, reconstruir a convivência fraterna e a cooperação leal, enquanto for possível. Se a reconciliação não alcançar esta novidade, restará apenas o distanciamento, eventualmente o domínio de um sobre o outro que se submete, ao menos por fora, porque outra saída não há: uma pseudo-reconciliação. Em conflitos a libertação mútua está servida, às vezes, com a tática de fazer a volta por cima e deixar o tempo passar para reduzir a discórdia a suas justas proporções e relativizar a importância do fato ou assunto. Assim, o caminho da reconciliação se torna uma aprendizagem de prudência, paciência e respeito pelo fato de o outro ser diferente e ter posições diferentes.

Com tranqüilidade aparente é possível rezar, antes de sentar-se ao redor da mesa farta: que Deus dê pão aos que não o têm. Também pedir perdão a Deus por seus pe-

cados não cria problema, senão na hora de rezar: e perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. Palavras de Jesus, como: se estiverem para trazer a tua oferta ao altar e ali te lembrares (Mt 5,23), deixam qualquer cristão intranquilo e interrogam constantemente os próprios comportamentos e modos de pensar e julgar que são comuns na Igreja atual, tanto no plano interpessoal, quanto na perspectiva social, política e econômica.

Na visão evangélica da reconciliação, a libertação não significa simplesmente fornecer algum bem-estar, alguma voz aos milhões de empobrecidos, mas inclui também a tarefa muito mais difícil de levar os enriquecidos a passarem pelo buraco de uma agulha (Mt 19,24); não é apenas dar um certo status social aos marginalizados, como Jesus fez com os pecadores e publicanos, mas levar os poderosos a descerem de seus tronos e os fariseus a tirarem suas máscaras; não há de conduzir somente as vítimas à liberdade e ao perdão, mas os algozes a abandonarem a violência e injustiça. O rosto do Senhor Jesus crucificado reflete nos rostos sofridos, desiludidos, humilhados, angustiados, cansados de milhões de latino-americanos. No entanto, como os oprimidos se libertarão, sem deslocar, eventualmente converter, os opressores e libertá-los de sua carência espiritual e deformação moral (SD 178c)?

Se a luta pela libertação, pelo bem-estar do povo, pela emancipação e participação social e política tiver como único efeito, que os ricos se cercarão com muros mais altos e cães mais bravos e os poderosos comprarão armas mais sofisticadas ou endurecerão seu regime de mando, a guerra fria estará montada e a pomba da paz voltará à arca de Noé, porque não encontrará nenhum raminho verde no mundo. A opção evangélica pelos pobres e preferencial na Igreja, embora acompanhada pela condição de não ser exclusiva nem excludente, tem suas próprias surpresas (SD 178-180). Jesus não converteu o jovem rico, não convenceu os doutores da lei e não levou Pilatos a uma sentença justa. Ele morreu numa cruz: "Meu Deus, meu Deus, por quê me abandonastes" (Mt 27-46)? A pior carga da libertação dos dois partidos adversários fora e dentro da Igreja, é de desânimo, contra a esperança com que Jesus ilumina a vida dos cristãos pela sua práxis vivida entre nós, exigindo perseverança até o fim.

Também no ambiente eclesial, a reconciliação significa a práxis da dupla libertação. Libertar-se de sua culpa, seu erro, sua posição de poder, seu trauma e ajudar o outro a se libertar do mesmo jeito mutuamente se completam. Não há verdadeira reconciliação, sem os dois, pessoas ou partidos, começarem o serviço da mútua edificação por palavras e atos reais e pela omissão dos erros de ontem.

Tal processo é árduo e trabalhoso e exige tempo estável com céu aberto. O antigo princípio: no necessário união, na dúvida liberdade, em tudo caridade, é mais difícil de praticar, quanto mais a comunidade funciona de cima para baixo. Um consenso válido supõe uma convergência de liberdades respeitadas. As contínuas citações de documentos pontifícios em Santo Domingo, dizem, são sintomas das pressões do CAL. Talvez sejam mais sinal do longo caminho a andar para construir um consenso global de que o Povo de Deus ativamente participa.

Malentendido, o duplo processo da libertação, inerente à reconciliação, arrisca uma volta para trás, porque poderia abrir a porta a uma posição conhecida na história de neutralidade e equidistância para com as partes e classes sociais em conflito. Esta posição, de mãos limpas, é aparentemente cômoda, mas significa tradicionalmente ficar do lado dos ricos e poderosos, da classe média abastada e encobrir com o manto da igualdade neutra toda a opção evangélica, tão duramente conquistada, melhor reconquistada, pelos pobres, marginalizados, sofredores, discriminados, todos aqueles que estão caindo embaixo da cruz, como aconteceu com Jesus. Pela porta traseira entraria de novo na comunidade eclesial o que foi expulso pela porta de frente.

## **8. Uma mística de reconciliação**

A reflexão teológica não é apenas inteligência da fé, mas é também

intelecção da esperança, comunicada às vítimas da exploração e injustiça de um lado e, doutro, aos agentes da ganância, do orgulho e egoísmo; é sobretudo inteligência do amor, da misericórdia, justiça e libertação, que orienta e guia a práxis da libertação que Jesus começou e que nele encontra sua contínua inspiração (04).

A práxis da reconciliação interhumana precisa de uma mística, inspirada na passagem encarnada de Jesus entre nós. Não é belas-letas nem jogo de poder nas alturas. O paradoxo é, que a celebração da reconciliação de Deus se realizou na realidade histórica, dura e cruel, da cruz no Calvário. A Igreja existe hoje como ontem pela força do Espírito Santo que inspira onde quer, e pelo humano, demasiadamente humano e anti-evangélico, que é feito pelos seres humanos que fazem parte dela. A paz é uma utopia, também na Igreja terrestre. Mas sem a dinâmica contínua da reconciliação e libertação entre os irmãos e irmãs, entre pioneiros e mantenedores do status quo, profetas e defensores da continuidade, nenhuma evangelização se tornará fidedigna e eficiente (SD 72-73).

*QUESTÕES para ajudar a leitura individual do texto ou o debate em comunidade:*

*1. Reconciliação é uma palavra-chave de leitura do documento de Santo Domingo, o que implica em ânimos apaziguados, moderação de tensões, superação de divisões, cura*

das feridas entre irmãos e irmãs. Como esta reconciliação pode ser percebida na Igreja local em que você vive, e na sua comunidade religiosa concreta?

2. O processo da reconciliação conhece várias etapas dinâmicas: conversão, reaproximação, convergência, consenso. Qual a etapa que

lhe parece mais difícil? Qual aquela para a qual seu grupo religioso precisa crescer?

3. Que relação pode e deve ser estabelecida entre reconciliação e libertação? Como isto pode ser concretizado através do trabalho apostólico realizado por você e sua comunidade?

## NOTAS

(1) Paulo VI, "Evangelii Nuntiandi" (EN); João Paulo II, "Reconciliatio et Paenitentia" (RP); Santo Domingo, Documento (SD), Mensagem dos Bispos (M); Francisco Taborda S.J., Vida religiosa e Santo Domingo, *Convergência*, 28(1993)3-11; Bernardino Leers, Santo Domingo e seus riscos, *Convergência*, 27(1992)477-493; Idem, O ministério da reconciliação, *Vozes*, Petrópolis, 1988. (2) N. P. Harvey, *The morals of Jesus*,

DLT: London, 1991, 69. (3) Na perspectiva mais subjetiva: Bernardino Leers, *Moral cristã e autoridade do Magistério eclesiástico*, Ed. Santuário: Aparecida, 1991; mais objetivamente, p.e., L. Oercy, *The Church, learning and teaching*, Wilmington, 1987. (4) Veja: Jon Sobrino, *El seguimiento de Jesús pobre y humilde*, *Revista Latino-americana de Teologia* (San Salvador), 8(1991) 299-318. □

---

## O povo de Deus

Na busca de sua realização, a humanidade tropeçou no pecado e se afastou do caminho do bem. Deus, porém, veio apontar o caminho da salvação e reunir novamente o seu povo. Desde Abraão, inicia um novo diálogo que se aprofunda na história de Israel. Em sua pedagogia humano-divina, Deus escolhe este povo, o liberta da escravidão, firma com ele uma aliança e o conduz à terra prometida. Assim, através dos séculos, Ele prepara o caminho para a chegada do Messias. A Antiga Aliança, ordenada a preparar a chegada de Cristo e de seu Evangelho, adquire seu pleno significado na Nova Aliança. A Igreja, novo Israel, é a comunidade daqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus Cristo, autor da salvação e sacramento visível de unidade. Assim, os cristãos são constituídos em linhagem escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo escolhido e povo de Deus. *Documentos da CNBB, 45: Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, 36-38.

# A VIDA CONSAGRADA NO PÓS-CONCÍLIO: ENTRE CRISE E KAIROS

*A Vida Religiosa é a suprema expressão  
da vocação comum: o chamado universal à santidade.*

**Frei Bruno Secondin, O. Carm.**

Roma, Itália

A vida consagrada não é um mundo em si que misteriosamente cai do céu sobre os caminhos dos homens. Não é, de jeito nenhum, um produto "celestial" fabricado fora da história, que devemos conservar na sua forma estabelecida, como se fosse santa e intocável. Antes, ela se constrói, e continuamente é construída dentro do caminho eclesial, das fases culturais, da história dos homens e mulheres, em concreto. Justamente esta capacidade da vida consagrada de responder e de sintonizar-se com as expectativas e esperanças, as utopias e as angústias de determinada época e determinada geração, levou os religiosos a enfatizarem determinadas soluções institucionais e espirituais para a sua vida conforme os períodos históricos.

A renovação atual na vida consagrada é, talvez, um dos fenômenos eclesiais mais significativos do

nosso tempo. Com efeito, dinamizou energias insuspeitáveis, submeteu a uma tensão inovadora e a uma crítica de purificação, certas situações de vida e formas institucionais que, há séculos, não se podiam contestar. Houve desequilíbrios, mas também muita seriedade, porque a vida consagrada foi caracterizada por uma grande vitalidade que apareceu sob várias perspectivas: fermento, germinação de novos valores, novos serviços (diaconias); ou, então, revisão histórica, retorno ao essencial, nova espiritualidade, etc. De um período "quente" passou-se para um estágio moderado.

Os quase trinta anos desde o Concílio, foram para os institutos religiosos, um período em que por um lado explodiu uma necessidade "prepotente de novidade de vida e de atividades", porém sem diretrizes pré-constituídas, a não ser de modo muito vago. Por outro lado

fomos percebendo que, inseridos num mundo em mudanças profundas e rápidas, não podíamos permanecer como expectadores passivos. Sobretudo os anos setenta foram os mais atormentados, muito sofridos pelas novas gerações como também por aquelas de meia idade e muito mais pelas anciãs: para essas, a perda de identidade foi desorientadora. Foi um tempo de tempestade, segundo a opinião dos pessimistas.

Porém, seria melhor considerá-lo como um vento de Pentecostes, que arrancou muitas folhas secas. A Vida Religiosa foi, aos poucos, adquirindo maturidade, abertura, consciência eclesial. Mesmo que, como acontece em qualquer transição, tenham acontecido explosões reativas, desorientações, enganos, pressas, esvaziamentos de valores. Todo pós-concílio é marcado por agonias e novos nascimentos. Também desta vez foi assim.

No fundo, cresceram as pessoas, como também as comunidades e os institutos. Houve um processo de maior coerência e solidez, como também o senso da responsabilidade na orientação para os valores. Um caminho de amadurecimento que se manifestou como um processo normal de "trial and error" (tentativa e erro), mas substancialmente com resultados mais positivos e agora já consolidados.

O Card. Gabriel-Marie Garrone, na comemoração oficial que abriu o Sínodo extraordinário 20 anos depois do Concílio (1985), salientou: "No que se refere à vida re-

ligiosa, ela foi colocada na esplêndida luz da Igreja considerada na sua integridade. A Vida Religiosa corria o risco de aparecer como um setor reservado, como pura categoria jurídica, à parte. Porém por aqueles que viveram as discussões conciliares a esse respeito, aparece com muita clareza que este ponto de vista, exclusivamente jurídico, desapareceu, para dar lugar a uma concepção mais elevada, e ao mesmo tempo mais simples. Paradoxalmente, a V.R. aparece como a suprema expressão da vocação comum que denominamos "chamado universal à santidade". Neste sentido, a V.R. é vocação eminente daquilo que Deus deseja de todos" (...).

"O Vaticano II teve um grande impacto na V.R. *apostólica*, disse Irmã Katherine MacDonald, então Presidente da União Internacional das Superiores Gerais (UISG) neste Sínodo. O *Perfectae Caritatis* chamou-nos para uma volta às fontes da nossa vida: Palavra de Deus, espírito e carisma dos nossos fundadores, realidade do mundo de hoje. Se o processo da nossa resposta não aconteceu sem tensões, sofrimentos e até erros, todavia foi caracterizado por um empenho sério, com entusiasmo e dedicação... E em especial, pedimos aos bispos para que nos questionem sempre, a fim de que permaneçamos numa atitude profética de discipulado radical, de santidade, para estarmos entre aqueles que testemunham visivelmente que 'conhecer a Jesus Cristo' é a fonte profunda da nossa alegria".

Se observarmos bem, percebemos que nos encontramos, hoje, numa fase que alguém definiu "temperada": ou seja, já não mais incandescente e desorientada. Porém, esperamos que os religiosos saibam conservar ainda acesa a lâmpada de sua genialidade, muito bem testada através das suas mudanças, transformações históricas. Nem todas as promessas das esperanças pós-conciliares se realizaram. Talvez, mais de uma foi castrada e abortada pela resistência tenaz de um sistema que protege a si mesmo mais do que dar espaço ao "novo" do Espírito.

É grande demais, pode-se dizer, o número de órfãos da 'esperança': seja aqueles que choram um passado bem ordenado e bem dirigido, como aqueles que estão sempre um pouco além do presente, com os quais, infelizmente, não há algum contacto, descontentes que são entre a hipótese e a concretização.

E, no entanto, há necessidade ainda de se acreditar que, através deste caótico mesclar-se de perspectivas proféticas e realidades anêmicas, de desânimos culturais e de novos canteiros de obras eclesiais, também aos religiosos é concedido de cultivar a esperança, de serem filhos de um futuro não inferior ao próprio passado tão exaltado mesmo se for diferente, e com certeza o será.

### **Etapas e temas que predominam**

Nós vivemos uma multiplicidade de experiências e transformações, consumimos sempre mais ra-

pidamente projetos e programas: com o risco de não conseguir dirigir com um quadro geral mínimo, as fases e os interesses que parecem mesclar-se. É preciso saber tomar um mínimo de distância e reconhecer que se vivemos muitas coisas simultaneamente, todavia, qualquer que seja o caminho, pode-se — ou melhor — deve-se individuar etapas e temas que predominam.

O Concílio tratou da vida consagrada (ainda chamada vida religiosa), especialmente na *Lumen Gentium* (Cap. VI: n. de 43 a 47) e na *Perfectae Caritatis* (25 parágrafos). Assim, foi traçado um quadro teológico-eclesial deste gênero de vida, no contexto da vocação universal à santidade, do dinamismo eclesial de fidelidade ao projeto batismal, de testemunho pluriforme na vida eclesial e de discernimento autorizado por parte da hierarquia. Mas isto, também foi tratado em particular no decreto específico *Perfectae Caritatis* em alguns núcleos específicos de uma renovação adequada aos tempos e à nova etapa eclesial.

São de fundamental importância para os sucessivos acontecimentos, as indicações do *Perfectae Caritatis* 2-3 que traçaram as linhas de atualização (aggiornamento): como a volta ao seguimento de Cristo, a releitura das origens como chave do traçado carismático vinculante, a inserção atualizada e vital no contexto eclesial e cultural. Essencialmente, para o Concílio, tratava-se de: 1º — Legitimar a própria presença na Igreja e no mundo de

hoje, concentrando-se no essencial, assumindo uma função eclesial viva, e deixando fora os aspectos obsoletos ou secundários; 2º — Continuar na fidelidade criativa à luz das inspirações originárias: porque, tal “fidelidade” é a condição para ter o direito de estar na Igreja como “instituição” autônoma e fecunda. Tudo deveria ser feito “sub ductu Spiritus Sancti”.

A caminhada adiantou-se em fases e períodos que alguns já procuraram esclarecer. Trata-se do entrelaçamento contínuo de alguns temas ou urgências, mas de quando em quando, sobressai um ou outro ponto de vista dominante. Levando em consideração a transformação da vida consagrada na fase pós-conciliar, penso que seja justo distinguir nela, ao menos, cinco fases já vividas e então, 5 temas dominantes. Logo após, segue uma sexta fase ainda em andamento, de esclarecimento e de evolução.

### **1ª — Institucionalização Desinstitucionalização**

Os trabalhos conciliares com as discussões e as revisões sempre mais livres, fizeram ver que muitas coisas poderiam ser ainda discutidas e demitizadas, e por fim, poderiam ser mudadas, porque não eram assim tão importantes. Num primeiro momento houve uma certa indecisão sobre os caminhos a escolher, mesmo se era clara a impressão que a demitização de todo o sistema tinha sacudido o alicerce deste gênero de vida. Foi agredido e retalhado aquela espécie de

monofisismo jurídico, isto é, o absolutismo da lei.

Nasceu, portanto, uma espécie de descrédito por toda instituição; em tudo, nas igrejas mais “conciliarmente” mentalizadas, difundiram-se críticas mesmo radicais sob muitos aspectos da vida religiosa. Acima de tudo, toma forma uma não aceitação genérica de tudo, em nome da “atualização”. São, exatamente os primeiros anos pós-conciliares: marcados por uma crítica genérica da proposta global muito vaga ou radical. Esta situação se desenvolve com virulência em algumas nações (Alemanha, França, Holanda, U.S.A.), porém, em outras, permanece quase ignorada. O mesmo é válido para algumas congregações mais “aculturadas” que, levando adiante esta situação, colocaram em crise todo o sistema, enquanto outras ficaram olhando entre o medo e a ignorância e a apatia. Ou, talvez, continuaram a fazer de conta que não era nada.

Não podemos citar os documentos específicos desta primeira nova fase: os documentos conciliares enquanto tais (Lumen Gentium, cap. VI — novembro 1964; Perfectae Caritatis, Outubro 1965), não foram imediatamente compreendidos e talvez nem foram lidos. Aliás, é a discussão generalizada, a sensação difundida da mudança de mentalidade, a demitização genérica, aquela que faz explodir um processo desestabilizante. É um início da liquefação de um grande patrimônio cultural, sacralizado sob medida: os mestres da crítica e aque-

les que atiram suspeitas sobre o sistema de vida dos religiosos/as, são muito lidos neste momento e falam principalmente através de jornais e revistas.

## **2ª — Descoberta da pessoa**

A “observância regular”, com sua fixidez e sua uniformidade mitizada e idolatrada, havia impedido à pessoa de ser ela mesma. Havia constrangido a entrar em esquemas pré-fabricados” de verdadeiro “personagem público”, que matavam a criatividade e a liberdade. A pessoa não era considerada na sua vocação pessoal e no seu itinerário único, mas somente em vista das exigências globais das obras e do sistema. A primeira verdadeira revolução pós-conciliar foi a descoberta e a valorização da dignidade da pessoa, da sua autonomia e da sua unicidade, o seu direito a um crescimento que integrasse os melhores impulsos espirituais e humanos. Passou-se assim, do funcionamento das obras para a especificação carismática pessoal.

Um comportamento mais livre, um crescimento em autonomia, uma procura de maior liberdade, também em setores delicados (como a integração afetiva) é o que caracteriza esta etapa (fase). Esta, domina os primeiros anos pós-conciliares, especialmente até 1968, de maneira acentuada. Onde a atualização conciliar se efetuou (realizou) mais tarde, logicamente os anos foram deslocados.

Um efeito prático e imediato desta fase pode ser visto, por exemplo na abolição das “classes” na comunidade, na abertura para os estudos, na participação de todos na atualização, etc. É também o momento de muitas crises pessoais, do recurso entusiasta à psicanálise, dos milhares de questionários que se preenchem com muita liberdade, até agora desconhecida.

Documentos típicos e expressivos desta fase podem ser considerados: *Ecclesiae Sanctae* (1966) e *Renovationis Causam* (1960); entretanto, estes documentos se movem ainda na ótica da preocupação por uma vida regulamentar, por uma adaptação sem suavizar (sem branduras). Seja como for, deram uma primeira contribuição para a revalorização da especificidade da pessoa, com algumas atenções para a dinâmica do crescimento e da coresponsabilidade. São raros os acentos à dimensão “fraterna” da vida comunitária, não se usa ainda a terminologia da comunhão que já Paulo VI usara amplamente, falando da vida consagrada.

## **3ª — A ênfase sobre a comunidade fraterna**

Com a promoção da pessoa a uma maior autonomia e aceitação de si, emerge, em consequência, a pergunta: por que, então, existe e vivemos em comunidade? Esta pergunta se agiganta sob o impulso de fatores sócio-eclesiais inovadores: por ex., o multiplicar-se de peque-

nos grupos informais, o aparecimento das comunidades eclesiais de base; as mil formas de participação espontânea, a criatividade nas liturgias, os grupos divergentes, o desmembramento das grandes comunidades em pequenos núcleos autônomos, etc.

Foram fenômenos presentes tanto na sociedade quanto na Igreja entre os anos de 1968 a 1972. E foram os anos nos quais se reformulam ou nascem ou se consolidam alguns novos movimentos eclesiais como: Focolarinos, Cursilhos, Carismáticos, Néo-catecumenato, Comunhão e libertação, etc. O retorno à comunidade não é absolutamente uma volta pura e simples ao passado; é, antes de tudo, uma nova concepção e uma nova experiência do estar juntos. São os primeiros frutos dos esforços conciliares, como a reforma litúrgica, a eclesiologia da comunhão, a leitura dos sinais dos tempos, o uso da palavra por todos na igreja. As CEBs, na América Latina, são reconhecidas na sua originalidade por Medellín, no capítulo sobre a pastoral de conjunto (cfr. *Segni di profezia nella Chiesa*, O.R. — Milano 1987).

Foi, para a vida religiosa, a descoberta da comunidade reunida em nome do Senhor, na partilha da fé, da oração, da diaconia (do serviço), aberta a uma nova solidariedade. Tudo isso parece ser inspirado no modelo da Igreja dos Atos dos Apóstolos (At 24) que, aliás, também o Concílio havia proposto, não só para os religiosos mas para todas as categorias (PC 15; SC 6;

LG 10; PO 17, etc.). É o momento no qual estão em moda algumas expressões típicas: fraternidade, koinonia, criatividade, provisório, igreja local, pequenas comunidades. E multiplicam-se os grupos de religiosos ou de religiosas em comum convivência com estilo de vida pobre, com liturgia simplificada, muitas vezes dedicando-se ao trabalho normal.

A celebração dos primeiros capítulos extraordinários — com os primeiros esboços de novas constituições — não consegue delinear totalmente a nova fisionomia (o novo rosto) da vida comunitária própria do Instituto. Geralmente encontra-se o esquema tri-partido: comunidade de vida, de oração, de trabalho. Aparece, também, a nova terminologia do *carisma*, mas numa maneira confusa. Para alguns, o tema da especificidade conduz ao projeto de uma refundação *ab imis* ou de uma total desqualificação da atualidade do grupo; para outros, trata-se de reformulações ainda genéricas e apenas literárias costuradas com os panos da última moda.

A perspectiva da “fraternidade”, mesmo ainda muito vaga e romântica, é central nos textos de Paulo VI. Documento particularmente específico desta fase, é considerado a Exortação de Paulo VI “*Evangelica Testificatio*” (1971): pelo seu estilo parenético, o senso de uma comunidade fraterna, alegre e expressiva que aparece, ainda hoje, de relevante inspiração. As tensões do momento nela se refletem perfeitamente: encontramos, por exem-

plo, a relação entre instituição e autonomia, grandes e pequenas comunidades, a disciplina regular, a qualidade de vida, etc. Porém, não faltam alusões interessantes pelas preocupações à revelia no âmbito da "missão": trabalho externo e assalariado, escolha dos pobres, pobreza coletiva, justiça social.

#### 4ª — Reformulação da missão

Após uma maior liberação da pessoa e uma nova valorização da especificidade do "estar juntos", e após ter feito juntos um caminho espiritual de oração e de fraternidade, surge forte a pergunta: que tarefa temos na história? na fidelidade à inspiração carismática das origens? Como, onde, o que podemos fazer para as pessoas e em plena solidariedade com elas? Qual é a nossa missão específica na igreja de hoje? Voltar à fonte genuína (Evangelho e origens) torna-se uma capacidade nova e criativa, disponibilidade corajosa para a história atual.

Esta fase tem duração até fins dos anos 70, e é influenciada pela crescente pergunta que nesta perspectiva também está fazendo a comunidade cristã. Tal procura eclesial para uma "evangelização" no mundo contemporâneo culmina no importante Sínodo episcopal de 1974: justamente colocado dentro de um decênio extremamente em efervescência, verdadeiro período de transição para novas formas de vida e marcado também, de traumas coletivos. Pensemos somente na guerra do Vietnã, na difusão do

terrorismo internacional, nas últimas ditaduras na América Latina, no multiplicar-se dos regimes socialistas e marxistas nos países do terceiro mundo; mas, no positivo, às novas solidariedades, aos novos movimentos já em expansão planetária, à ênfase sobre nova ministerialidade, ao reaparecimento do tema central da cultura (é aqui que nasce também a *inculturação*), ao crescente pluralismo dentro e fora da igreja, etc.

O decênio dos anos 70 é também caracterizado por se dar uma grande importância às CEBs seja latino-americanas, seja de outros continentes, pelas tensões intra-eclesiais, entre modelos diferentes de "igreja" na história, pelo rápido desenvolvimento de novos *movimentos* (ditos eclesiais), pelo progressivo declínio da cristandade do Norte, em crise profunda de idéias e de instituições.

Assim também, a vida religiosa procurou se redefinir dentro de uma sociedade que constrangia a igreja a respostas novas e corajosas. Cada Instituto já estava reformulando a sua identidade específica à luz de uma releitura mais precisa do carisma, e se preocupava em reencontrar o próprio perfil eclesial no contexto, levando em conta uma realidade social profundamente mudada (transformada). Podemos dizer que é este o momento no qual a metodologia de *Gaudium et Spes* mentaliza os religiosos, obrigando-os a sair fora com projetos e propostas que respondessem aos novos desafios sociais.

Em primeiro lugar prevalece o tema da promoção da justiça, mesmo pelo impulso das novas "teologias" (política, da libertação, da revolução, negra, etc.). Por tudo, pode-se ver o texto da Congregação Geral dos Jesuítas: diaconia da fé e promoção da justiça (1975). É neste documento que foi lançada a palavra *inculturação*, que em seguida terá tanto êxito.

Além do mais, as crises das formas tradicionais de diaconia (serviço) nas próprias obras constriam a colocar-se seriamente frente a frente com o dilema de continuar em agonia diante de serviços já ultrapassados ou mesmo reinventar diaconias (serviços) com genialidade e generosidade, sem fugir a regiões pródigas em vocações. Alguns, porém, tiveram a tentação de irem em missão à procura de vocações: foram os anos dos escândalos pelas vocações de jovens "indianas" (hoje se fala das filipinas).

Documentos típicos e expressivos deste período foram: *Mutuae Relationes* (1978), *Religiosos/as e promoção humana* (1980); a *Dimensão Contemplativa da Vida Religiosa* (1980). Nestes três textos pode-se facilmente reencontrar tanto a radicalidade na Igreja local e na sua cultura, como a multiplicidade das novas formas de promoção humana e de esforço social, quanto a preocupação inicial de reequilibrar a exposição diaconal com uma intensa experiência de Deus. É, talvez, esta fase a mais rica pelo sentido do "carisma" como fonte

de criatividade, pela abertura à história, pelas múltiplas formas de experiências sociais, pela confiança nos novos caminhos do espírito profético.

## 5ª — A nova institucionalização

É a última fase claramente individualizada: ela cobre quase todo o decênio dos anos 80, dominado pela preocupação da codificação definitiva e estabilizante. É uma parábola natural depois da grande efervescência e a purificação das melhores experiências. Mas, é também, fruto de uma manobra específica de assentamento e de fim de fase das experiências: que foi oficialmente aberta com a *Ecclesiae sanctae*. Realmente, esta instrução permitia experiências *ultra legem*. Foram acontecimentos específicos que podemos recordar como prova da recuperação do "controle" a aprovação definitiva das novas constituições, alguns episódios de controle extraordinário sobre a vida das congregações (Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas Descalços), a constituição de uma comissão especial para a vida religiosa nos U.S.A. (1983), e principalmente a promulgação do novo Código do direito canônico (25 de janeiro de 1983).

Realmente, todos podemos notar que muitíssimos Institutos cessaram de buscar e explorar; as congregações tornaram-se envelhecidas e anêmicas, o entusiasmo explorador parece já esforço de poucos e isolados, a profecia é quase reduzida à clandestinidade. A própria ne-

cessidade de codificação arrisca-se a transformar-se num resfriamento de "gabinete" e a volta à vida regulada pelas leis que dizem o que se deve ou não fazer, e se substituem ao arrojo carismático. As "Leis" terminam por valer mais que a evolução da vida e dos "desafios" emergentes da história que continua.

É uma fase que certamente tem uma tarefa importante, até mesmo necessária. Mas, seria um grave erro se fosse o fim (término) de qualquer outra busca, se fosse considerada a coisa mais válida e séria para ser feita. Os novos caminhos do Espírito são a verdade vital de cada vida religiosa (e também da Igreja) e são caracterizados pelo imprevisível. Talvez eles se expressem hoje, menos através de cada família autônoma, e mais em nível regional, através dos religiosos e religiosas de uma determinada nação ou continente ou conferência, além de nomes e pessoas que pertencem a um Instituto específico. Aqui, podemos citar como exemplo bastante notável, a atividade da CLAR, o seu programa de já bem 30 anos, uma programação de estímulo (e ajuda) teológico para todos os religiosos. Também a sua tendência mais recente para uma *nova evangelização*, a partir da releitura da Bíblia, de algum modo, parece antecipar corajosamente o futuro próximo de todos.

Como Documentos característicos desta fase, são dignos de nota o Código do direito canônico (1983), o documento enviado aos

religiosos dos U.S.A., chamado *Elementos essenciais* (1983). A exortação *Redemptionis donum* (1984) por sua natureza eminentemente espiritual e teológica é deixada à parte, como inspiração preciosa para a identidade e fidelidade. Substancialmente, porém, o texto é teocêntrico e cristológico, sem muitas referências sobre o contexto sócio-cultural em transformação: o que teve maior consideração nos *Elementos essenciais* do ano anterior.

### **6ª — Uma ramificação incipiente ou uma síntese fecunda**

Muitos afirmam que verdadeiramente existe neste momento um ar de cansaço, quase uma regressão (quase uma volta) à tradição repetitiva: talvez seja uma parada para reflexão, ou, de fato um cansaço desgastante. No meu modo de pensar, ao invés, estamos no ponto de partida de alguma nova fase ou etapa: dado, porém, o já difundido pluralismo de caminhos e protagonismos na Igreja, talvez se trate de etapas e temas divergentes. Trata-se especificamente de temas de *formação e da nova evangelização*.

Do primeiro, é sinal prometedor e estimulante toda uma série de reflexões feitas nestes anos em muitas conferências dos religiosos sobre critérios, sobre caminhos, sobre conteúdos da *formação*. Seu ponto culminante e consagratório é o recente documento da Congregação para a vida religiosa *Potissimum Institutionis* (1990): que quer

traçar as linhas mestras para a formação dos religiosos à altura dos desafios. Mas, o horizonte se alarga para abraçar algumas novas questões emergentes, até agora argumento de discussão entre peritos: como as relações com movimentos eclesiais, a vida consagrada e a cultura, vantagens e riscos das comunidades inseridas, as comunidades inter-congregacionais para os estudos, o sacerdócio dos religiosos, mesmo esquecendo-se (ou descuidando-se) de alguns importantes (falta um verdadeiro encorajamento para um estreito relacionamento com os leigos, na formação, por ex.).

Através deste tema da formação, também retoma sua parte, a relação entre espiritualidade e ciência do homem: o recurso maciço à psicologia (das várias orientações) na formação para avaliar e interpretar a não-adaptação ou a auto-realização, que merece ser discutida.

O tema da formação está, então, decolando, e chama também em causa uma questão anexa e de suma importância: formar para que tipo de vida religiosa? Sinal de uma identidade ainda sob pressão e talvez em uma elaboração inovadora. Tanto mais, que parece ser convergência com um outro tema em foco, aquele da *nova evangelização*. Provavelmente, formação e nova evangelização terminarão por conectar-se e fundir-se construtivamente em "formar para a nova evangelização".

O tema da *nova evangelização*, todos nós sabemos que foi lançado

com insistência nestes anos por João Paulo II. A respeito dos religiosos, este tema, foi desenvolvido com uma certa organicidade na carta apostólica *Caminhos do Evangelho*, enviada no verão de 1990 aos religiosos da América Latina. A terceira parte trata dos "religiosos na nova evangelização" (n.ºs 24-29); foram sublinhados a profunda experiência de Deus, a fidelidade ao carisma, a colaboração com sacerdotes e leigos, a cultura, o sair das fronteiras continentais. A última encíclica — *Redemptoris missio* — (datada de 7 de dezembro de 1990) — é totalmente dedicada à nova fase da missionariedade (o termo "nova evangelização" é pouco usado) às portas do terceiro milênio. É já um argumento bastante ressaltado em muitos lugares, mas que agora abraça todo o seu horizonte e desenvolve as suas mais relevantes temáticas seja eclesial, seja trinitária.

Qual dos dois temas sairá prevalecendo, não tanto em nível de discussão teórica, mas em caminhos de ações — trabalhos, e nas experiências significativas? Quem viver, verá os próximos anos, desde que esteja atento aos "novos caminhos do Espírito". É meu desejo que as duas perspectivas terminem por entrelaçar-se e fundir-se de maneira original na vida religiosa. A convergência e a fusão de um e de outro horizonte em dinâmica unidade parece-me a coisa mais produtiva. De fato, uma boa parte já é realidade: por ex. no leste europeu, na África, na América Latina. Na Europa ocidental, talvez um pouco menos: porém, ela já sofre

fortemente a queda, num futuro próximo, dos etéticos e de todo o sistema de organização colocado em pé nestes últimos séculos.

## Conclusão

Limitamo-nos em assinalar as etapas principais que nos parecem emergir claramente da transformação nos últimos 30 anos da vida religiosa, hoje chamada *vida consagrada*. Foram estágios (períodos) de acontecimentos e idéias, de ênfase e de silêncio, de crises e de projetos. Seria interessante ver também quais foram os temas que em linhas gerais foram impostos e amadureceram, e então hoje, representam pontos de referências necessários.

Não podendo entrar mais amplamente nas suas características, limitamo-nos apenas em enumerá-los. Distinguiria entre núcleos: que criaram situações conflitivas para resolver e gerir, e perspectivas teológicas que já fazem parte da nova teologia da vida consagrada.

Fazem parte dos núcleos a articulação teórico-prática da relação com a igreja local, o sério reconhecimento da própria história e das intenções do carisma, a revisão das mediações adequadas ao novo contexto no qual trabalhar a elaboração de uma válida *nova espiritualidade*, as formas de uma fidelidade *criativa* em tempos de pensamentos fracos.

Entre as perspectivas com que interpretar a vida consagrada emergem a *pneumatologia*, a *cristocên-*

*trica*, a *bíblica*, a *sacramental*, a *profética*, a da *nova antropologia masculina e feminina*, a da *circunscricão* entre os estados da vida eclesial.

Uma boa parte destas últimas idéias são desenvolvidas com a contribuição do fascículo inteiro, motivo pelo qual é possível completar o presente trabalho.

*QUESTÕES para ajudar a leitura individual do texto ou o debate em comunidade:*

1. *A visão do autor, que embora europeu tem contato com a vida religiosa de muitos continentes, deveria ajudar-nos em nossa própria visão. Das cinco fases que apresenta da caminhada pós-conciliar da VR, qual lhe parece afetar mais fortemente a sua congregação ou ordem?*

2. *Formação é um tema decisivo na etapa atual da vida religiosa. Relações com movimentos eclesiais, cultura, comunidades inseridas, comunidades intercongregacionais para estudos, sacerdócio dos religiosos homens, relacionamento com os leigos. Olhando a formação de sua congregação/ordem quais lhe parecem ser os pontos altos, quais os mais frágeis, nesta perspectiva?*

3. *A nova evangelização supõe profunda experiência de Deus, fidelidade ao carisma, colaboração, inculturação, sair das próprias fronteiras. Verifique individual e comunitariamente o que pode ser feito para melhorar sua atuação evangelizadora.* □

# ESPIRITUALIDADE REPARADORA DO CORAÇÃO DE JESUS, HOJE

*Como entender a reparação?  
Como vivê-la?  
Eis algumas, entre outras, pistas.*

**Marcial Maçaneiro, SCJ**  
Belo Horizonte, MG

No centro de toda a criação está Jesus Cristo. "Nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e invisíveis" (Col 1,16). "Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito" (Jo 1,3). Jesus é o arquétipo, o modelo de todos os seres. Todas as criaturas encontram nele seu foco de convergência. "Ele é a Imagem do Deus invisível, o Primogênito de toda criatura" (Col 1,15).

Foi pensando em Cristo que Deus moldou Adão — nos diz Tertuliano. Em Cristo somos chamados a amar como Deus ama, a criar como Deus cria, a ser livres como Deus é livre, a conhecer a verdade que é o próprio Deus. E apesar de toda nossa diversidade de dons e carismas, em Jesus formamos um só corpo, unidos num mesmo mistério (cf. 1 Cor 12). Nele nos fa-

zemos solidários com o outro, com Deus e com o universo inteiro, numa relação dialógica, geradora de vida e comunhão!

Nas feições deste *ícone* humano-divino encontramos, unidos, o verdadeiro rosto de Deus e o verdadeiro rosto do homem. A humanidade inteira é vocacionada a transfigurar, na história, as feições de Jesus Cristo.

Mas algo triste aconteceu... O *ícone* tão belo e perfeito sofreu um arranhão, depois outro, e mais outro. É o arranhão do pecado, que estraga a imagem de Deus impressa no homem. A ausência de amor e o mal uso da liberdade levou o homem a dizer "não" ao projeto do Divino Pintor. Todo o quadro da criação foi danificado. A relação dialógica que havia entre o homem

com seu próximo, com Deus e com o cosmos se desvirtua. Torna-se uma relação dia-bólica: não mais diálogo de comunhão, mas divisão, opressão, discórdias e morte. Na mesma história humana, passam a residir salvação e perdição. Surge uma tensão entre comunhão e divisão, amor e ódio, serviço e opressão, vida e morte. Uma tensão que acompanha ainda hoje o homem em suas relações.

Contemplando hoje a sociedade, vemos as marcas dessa tensão, como arranhões profundos. Arranhões forjados pelo uso injusto do poder, pelo desamor, pela marginalização do próximo. São marcas que desfiguram o rosto de Deus impresso nas feições humanas...

Feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas de realizar-se por causa de deficiências mentais e físicas que as acompanharão por toda a vida; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas, resultado da pobreza e da desorganização moral da família.

Feições de jovens desorientados por não encontrarem seu justo lugar na sociedade.

Feições de mulheres machucadas pelos mecanismos machistas da sociedade; postas à margem do cenário público, social e religioso; oprimidas pela violação de seus direitos, muitas vezes exploradas e prostituídas.

Feições de indígenas e também afro-americanos que, vivendo se-

gregados e em situações desumanas, podem ser considerados os mais pobres dentre os pobres.

Feições de camponeses sem terra, ou submetidos a sistemas de comércio que os enganam e exploram.

Feições de operários, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos.

Feições de subempregados e desempregados, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas.

Feições de marginalizados e amontoados das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais.

Feições de idosos frequentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescindem das pessoas que não produzem...

Estas feições nos atingem. Atingem nossas opções e nossa responsabilidade perante Deus e a sociedade. A dor do irmão dói também em nós, como um arranhão em nossa própria face. Com-paixão. A cada dia somos interpelados a refazer o rosto de Cristo, refazendo o rosto dos irmãos; a reparar o Criador, reparando a criatura. A alegrar o coração de Deus, permitindo-lhe ver-se novamente espelhado na face dos homens:

“Eu vejo a face de Deus, no rosto do irmão, desfigurada pela

opressão... Quero cantar com a voz e com as mãos um canto novo de libertação!”

**RESTAURAR O ROSTO DE DEUS NAS FEIÇÕES DO POVO.** Isto é reparação. É o modo de recapitular em Cristo todas as coisas. É o jeito mais perfeito de refazer o ícone da criação, reconciliando no Ícone de Deus todos os seres (cf. Col 1,20).

No contexto sócio-ecclesial em que vivemos, percebemos alguns campos ou espaços privilegiados para uma práxis reparadora. Não são os únicos, mas são sugestões válidas e relevantes para o HOJE DE DEUS na América Latina.

#### **a. O ministério da reconciliação**

Tanto nas pregações quanto nas atitudes, Jesus se referia com frequência à reconciliação. Ele se relacionou abertamente com pecadores, superou o preconceito em relação aos samaritanos, e chegou a afirmar que a reconciliação com o irmão é condição indispensável para o nosso relacionamento com Deus:

“Portanto, se estiveres para trazer a tua oferta ao altar e ali te lembrares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa a tua oferta ali diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois virás apresentar a tua oferta” (Mt 5,23-24).

Na cruz Jesus consuma a reconciliação dos homens entre si e destes com Deus, e prolonga este ato

na história. A redenção derruba o muro da separação, desfaz a inimizade e congrega os povos numa humanidade nova (cf. Ef 2,14-18). Cumprem-se as palavras “Quando eu for elevado da terra, atrairei todos a mim” (Jo 12,32). A reconciliação deixa de ser uma u-topia e se revela como algo possível, como verdadeira “topia” presente na vida humana com todos os seus desdobramentos: pessoas, instituições, relações, etc.

A obra da reconciliação, contudo, não chegou até nós apenas como mensagem cristã. Quando acolhida, esta mensagem se transforma em missão, em tarefa cristã. Muito mais que meros “consumidores” de reconciliação, somos chamados a ser seus promotores e ministros:

“Se alguém está em Cristo, é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez uma realidade nova. Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por Cristo e nos confiou o ministério da reconciliação. Pois era Deus que em Cristo reconciliava o mundo consigo, não imputando aos homens as suas faltas e colocando em nós a palavra da reconciliação” (2 Cor 5,17-19).

É na comunhão com Cristo, o eterno Reconciliador, que este ministério deita raízes. Para além de nossas fraquezas e limitações, sabemos que a reconciliação é possível porque o próprio Senhor a realizou. Esta certeza inquebrantável, fundada solidamente na esperança,

faz da reconciliação uma realidade presente em cada faceta da vida: nossas escolhas, a oração, a compreensão da fé, a vida familiar, o namoro, a visão de mundo e de Igreja que temos, a vocação, os afetos e relacionamentos... Toda a vida é redimensionada na perspectiva de reconciliar o homem consigo, com os outros, com Deus e com o universo. Sobretudo a prática do perdão tem aqui um lugar de destaque!

Situados no coração do mundo, vemos cada divisão e cada conflito com um "olhar sacramental", capaz de reconhecer também ali um terreno oportuno para se plantar as sementes da unidade e da paz. Até mesmo dos desacertos da vida podemos aprender algo de bom (cf. *Dives in Misericordia*, n. 44). O ministério da reconciliação, assim, se faz presente sempre, ali onde vivemos e convivemos, tornando fecundos os instantes mais singelos da rotina sempre nova do cotidiano.

## **b. A tarefa ecumênica**

Na oração sacerdotal (Jo 17) Jesus nos revela um dos desejos mais ardentes de seu Coração: a unidade dos que crêem. Unidade que não se reduz a uma "característica a mais" da comunidade de fé, mas vai além! Para Jesus, a unidade dos fiéis tem por modelo a própria Trindade: "Que todos sejam um, como nós somos um: eu neles e Tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade" (Jo

17,22-23). A unidade é, portanto, elevada à categoria de mistério: não um anexo necessário, mas vocação mesma da Igreja!

Daí a gravidade da questão: ou promovemos a unidade, ou comprometemos a pregação da Boa-Nova, pondo em descrédito uma fé que divide seu próprio Deus... "Que todos sejam um, para que o mundo creia" — dizia Jesus (Jo 17,21). Nesta perspectiva, a atividade ecumênica é sumamente reparadora. Sobretudo na América Latina, em que a promoção da vida e da justiça são tarefas comuns a todos os cristãos, em nada limitadas pela fronteira dos dogmas e das divergências doutrinárias:

"A cooperação de todos os cristãos exprime vivamente aquelas relações pelas quais já estão unidos entre si e apresenta o rosto de Cristo Servo numa luz mais radiante. Esta cooperação, que já se realiza em não poucas nações, deve ser aperfeiçoada sempre mais, principalmente nas regiões onde se verifica a evolução social ou técnica. Vai ela contribuir para apreciar devidamente a dignidade da pessoa humana, promover o bem da paz, aplicar ainda mais o Evangelho na vida social, incentivar o espírito cristão nas ciências e nas artes e aplicar toda espécie de remédios aos males da nossa época, tais como: a fome e as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitação e a inadequada distribuição dos bens" (*Unitatis Redintegratio*, n. 12).

Este testemunho comum deveria ser evidente em nosso dia-a-dia e em nossa ação pastoral. Até onde valorizamos a dimensão ecumênica da catequese, da liturgia, da pastoral social e familiar? Até onde cooperamos com os demais cristãos na busca de uma sociedade mais justa e fraterna? Até onde participamos de associações e organismos ecumênicos, num esforço comum em nome do Evangelho?... Sabemos muito bem que o critério da unidade é a caridade, e não os rótulos, o medo ou os preconceitos.

### **c. Justiça e paz**

Numa realidade machucada por preconceitos, violência e várias formas de agressão moral e psicológica, queremos restaurar a vida dos irmãos edificando a paz na justiça (cf. Puebla 1188). Seja pela promoção da justiça e da paz ali onde estão ausentes, seja pela recuperação da verdadeira justiça quando, no âmbito da ordem estabelecida, o direito se limita a defender os interesses de uma minoria privilegiada.

Aliás, sobre o resgate da verdadeira justiça, o próprio Evangelho nos alerta: "Com efeito, eu vos asseguro que se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus" (Mt 5,20). Jesus nos ensina que mesmo a justiça estabelecida (a justiça dos doutores e magistrados) corre o risco de desvirtuar-se, quando perde de vista sua finalidade última: promover a vida hu-

mana. A incoerência com este fim último gera uma grande defasagem entre a justiça legal e o que deveria ser a justiça de fato. A legalização do aborto e da pena de morte em vários países é um exemplo dessa incoerência.

Ora, esta advertência de Jesus amplia significativamente o horizonte de nossa práxis. A promoção da justiça e da paz vai além do estritamente legal e prescrito e se abre ao novo, ao imprevisível, ao inesperado. Nem sempre "não prescrito" quer dizer "ilegal". Quando a vida humana está em jogo, o "legal" ultrapassa o "prescrito" e a letra se torna instrumento do espírito, isto é, da vida (cf. 2 Cor 3,6). Na ética cristã, a lei só é vivificante quando serve à caridade (cf. *Dives in Misericordia*). Edificar a paz na justiça também é reparação.

### **d. Direitos humanos**

Tudo o que ofende, viola ou agride a pessoa humana na sua integridade e dignidade deve ser condenado. Pois além dos males causados ao homem (o que basta para sua condenação) tais práticas têm um agravante teológico: elas ofendem e agridem o próprio Deus, que nos criou à sua imagem (cf. *Gaudium et Spes*, n. 27).

Em 1965 o Concílio Vaticano II declarou: "Qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa, seja ela social ou cultural, ou funde-se no sexo, raça, cor, condição social, língua ou re-

ligião, deve ser superada e eliminada, porque é contrária ao plano de Deus”.

O parágrafo termina aludindo à situação da mulher, tantas vezes discriminada: “É de lamentar realmente que aqueles direitos fundamentais da pessoa não sejam ainda garantidos por toda a parte. É o caso quando se nega à mulher a faculdade de escolher livremente seu esposo, de abraçar seu estado de vida ou acesso à mesma cultura e educação que se admitem para o homem” (*Gaudium et Spes*, n. 29).

Humanizar a sociedade é algo tão urgente que, após o Vaticano II, a missão da Igreja se concentra precisamente nisso (cf. *Dives in Misericordia*, n. 94). Mas — podemos nos perguntar — qual o denominador comum entre a reparação e a defesa dos direitos humanos?... Muito simples: a transformação do mundo pela caridade, rumo à Civilização do Amor. Só a caridade nos possibilita transformar as estruturas e restaurar na pessoa a dignidade ultrajada: “O mundo dos homens só poderá se tornar mais humano se introduzirmos no quadro multiforme das relações interpessoais e sociais, juntamente com a justiça, aquele amor misericordioso que constitui a mensagem messiânica do Evangelho” (*Dives in Misericordia*, n. 94).

### **e. Integridade da criação**

Deus, Senhor do Universo, fez o homem e a mulher e lhes concedeu um lugar e um papel especiais

no seio da criação: “Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra. Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou. Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra” (Gn 1,26-28).

Todos nós, homens e mulheres, recebemos a tarefa de ser co-criadores. Diante do Universo criado assumimos o papel de administradores e servos. É este o verdadeiro sentido do verbo “dominar”, aplicado por extensão ao homem. Pois na Escritura o domínio é um atributo exclusivo de Deus. Só ele é verdadeiramente Senhor do Universo e da história (cf. Ap 1,8). Participamos desse domínio de Javé na medida em que administramos os bens criados segundo a vontade e o plano de Deus.

A fidelidade ao Criador faz de nós os primeiros responsáveis pela natureza: “Javé Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2,15). Somos jardineiros de Deus e diáconos da criação. É tarefa nossa reavaliar criticamente qualquer ética ou ideologia que, contrariando o sentido real da Palavra de Deus, autorize a humanidade a “dominar” a criação a seu bel pra-

zer. Este tipo de dominação se converteria rapidamente em submissão e depredação da natureza. Temos a grave responsabilidade de conservar e promover a integridade da criação, segundo a vontade de Deus e para o bem das gerações futuras. Pois o Universo é como uma festa, que começou antes de chegarmos, e que continuará por muito tempo depois de termos ido embora.

Este Universo belo e imenso, este mistério cósmico que acolheu como um berço as sementes do Verbo, não pode ser deixado só, à mercê da exploração irresponsável. Precisamos nos engajar na restauração do mundo criado. Modismo? Ibope? Não. Mais que isso, é uma questão de fé: apostar a vida no êxito da criação é a mais autêntica profissão de fé no Criador.

#### **f. Solidariedade para com os excluídos**

O Deus bíblico é o Deus dos pobres, dos fracos, dos abandonados. Mas a sociedade de hoje tem outros deuses: o consumo, o lucro, a produção, o poder e o capital. Nesta "idolatria do mercado" não há lugar para um Deus dos Pobres e, por conseguinte, não há lugar para pobres.

Os adoradores do capital só admitem no seu culto aqueles que têm poder aquisitivo. Todos os demais (que são a maioria...) ficam de fora. São lançados à margem. Excluídos. Não tomam parte da liturgia dos Bancos, Shoppings e Bolsas de Valores. Nem tampouco são beneficiados com as graças

do capital. Não há lugar para pobres na lógica dogmática do capitalismo liberal.

Diante disso, a opção pelos pobres se revela a mais urgente e a mais profética práxis reparadora. Urgente, porque milhões de pessoas são diariamente sacrificadas ao deus lucro, o Moloc da atualidade. Profética, porque denuncia a idolatria em que mergulhou a sociedade e anuncia o advento de uma nova ordem social, baseada no direito e na justiça. Para finalizar, citamos este trecho de Isaías, que dispensa comentários:

"Se afastares do meio de ti o jugo, o gesto ameaçador e a língua iníqua; se tu te privares para o faminto e se tu saciares o oprimido, a tua luz brilhará nas trevas, a escuridão será para ti como a claridade do meio-dia. Javé será o teu guia continuamente e te assegurará a fartura, mesmo em terra árida; ele revigorará os teus ossos, e tu serás como um jardim bem regado, como uma fonte borbulhante cujas águas nunca faltam. Os teus escombros antigos serão reconstruídos; reerguerás os alicerces dos tempos passados e serás chamado Reparador de brechas, Restaurador de estragos, para que se possa habitar" (Is 58,10-12).

Obviamente, não pretendemos esgotar a questão com estas sugestões. Sabemos que também no silêncio da dor ou na singeleza das

---

*(Continua na 3ª capa, ao lado)*

---



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299  
20038-900 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
1 de junho de 1993

A Palavra de Deus é a fonte primordial da espiritualidade porque gera, irriga, mantém e renova a fé. **O objeto da fé é sempre a Palavra de Deus.** E a fé que de nós postula a Vida Religiosa põe em relevo esta verdade. Sem a fé, a Vida Religiosa é uma via de acesso a obstáculos sempre maiores até o momento em que se perdem de vista todos os horizontes. É o naufrágio. Sem a fé, esta Vida é uma charada simplesmente indecifrável. Para quem crê, porém, ela se parece com um jogo de xadrez. É difícil. É empenhativo. Mas não insolúvel. É fascinante. Seu destino pode ser uma grandiosa epopéia. Frente, pois, à **Palavra de Deus que gera, irriga, mantém e renova a fé**, crer naquilo que se lê. E ler para ampliar aquele que se crê. Traço definidor do discípulo que segue Jesus para continuá-lo é a assiduidade na escuta desta Palavra (At 2, 42).

— *Estando fechadas as portas onde se achavam os discípulos, por medo dos judeus, Jesus veio e, pondo-se no meio deles, lhes disse: Paz a vós! Como o Pai me enviou também eu vos envio. Recebei o Espírito Santo...*, Jo 20,19.21-22.

**Portas fechadas por MEDO.** O medo não é bom conselheiro. Paralisa as iniciativas, nos deixa impotentes para reagir. Não pode ser marca da personalidade de quem crê como convém ao Religioso crer. O medo resulta, em parte, da insegurança na profissão da fé. Ora, Deus é a fonte de nossa coragem. É ele quem enche o coração de audácia para arriscar. A nós, por vezes, faz falta o exercício da audácia. Como não é possível o risco zero, quem arrisca pode errar. **Quem não arrisca, porém, erra sempre.** Procurar, então, o que está além do possível. Fazer nascer a coragem e a força para ensaios e tentativas de se superar. Imobilizar-se temendo passos em falso é cortar as asas de antemão. Ter medo é exatamente o que o medo quer.

**Paz a vós!** O nosso Deus é um Deus de paz. Deus e a paz nos vieram por Jesus. **Jesus é a nossa paz.** PAZ, plenitude de bens (materiais), plenitude de bênçãos (espirituais), plenitude de bem-estar (saúde). Dom que supera todo entendimento. **Reconciliação e vida plenas com Deus**, fruto da remissão do pecado, síntese da obra redentora de Cristo. PAZ, herança do Senhor, que em sua própria carne aniquilou o ódio, e bem-aventurança dos filhos de Deus. PAZ, um bem acima das possibilidades do mundo, fruto do exercício diário do amor que vai muito além daquilo que a justiça pode trazer. Só o amor assegura a paz.

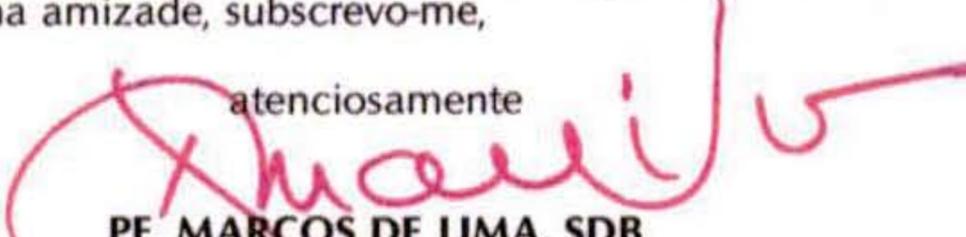
**Como o Pai me enviou.** E o Pai enviou Jesus com todo o poder no céu e na terra. Poderes ilimitados. Tudo o que o Ressuscitado obteve com sua vida, paixão, morte e ressurreição — valores infinitos — é transmitido. A obra que Cristo iniciou e realizou, compete, agora, aos Apóstolos e à Igreja continuar e prolongar no mundo e na história. A participação neste poder se realiza desde a infusão do Espírito Santo.

**Recebei o Espírito Santo** para proclamar a paz e a remissão do pecado. O Espírito Santo é o pedagogo que ensina como falar, o que fazer, como rezar, como viver. É a força quando se experimenta o desânimo e a dúvida. É a luz que testemunha devolvendo à consciência do discípulo a segurança. É o princípio renovador e criador de tudo. **Comunica o saber e o sabor das coisas de Deus.** É o intérprete mais autêntico dos anseios mais profundos de santidade. É a força divina que santifica, que fortalece para não pecar, para pecar sempre menos não obstante a dinâmica incontrolável do pecado. O agente principal que acompanha, anima, sustenta e purifica.

**Recebei o Espírito Santo.** O Espírito Santo é o mistagogo; aquele que, sondando até as profundidades de Deus Santíssimo, nos introduz no seu mistério. É ele que realizará em nós a obra de nossa santificação. O dom do Espírito Santo é a resposta de Deus àquele que pede orando. E quando ele vem, ensina, recorda, guia. Ele é **a memória continuamente renovada e atualizada do que Jesus fez e ensinou.** Ele ativa a inteligência e o coração para crer sempre mais no mistério de Deus, mistério de amor, amor de Cristo que se ofereceu; amor do Pai que nos deu a Cristo.

**JESUS**, que veio, sempre vem quando invocado, e virá definitivamente naquele tempo, que se aproxima, conhecido só de seu Pai, seja a nossa **PAZ**, a nossa serenidade, a nossa coragem. Amém. Ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

  
PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável/Convergência